



PARLAMENTO DO MERCOSUL

- Representação Brasileira -

CLIPPING - Notícias

18 e 19.03.2013

Edição e Seleção

Eliza Barreto
Fernando Leão
Maria Elisabete da Costa
Mônica Nubiato
Paulo Affonso
Thais Budó

Sumário

O ESTADO DE SÃO PAULO.....	3
Economia.....	3
Governo investiga dumping em exportação de polipropileno.....	3
Governo autoriza zona franca de Pecém, no Ceará	3
Argentina amplia cerco ao câmbio e acusa HSBC.....	5
Opinião.....	6
O alvo do governo Kirchner	6
Internacional.....	8
Empresário conservador lidera pesquisa de eleição presidencial no Paraguai	8
Notícias	10
Kirchner quer intervenção de Francisco na crise das Malvinas.....	10
VALOR ECONÔMICO.....	11
Opinião.....	11
Um acordo comercial Brasil-Estados Unidos.....	11
Empresas.....	13
Vendas de carros importados recuam 31% em fevereiro.....	13
Diretor da OIC diz que mercado de café discrimina Brasil.....	14
Brasil	16
Câmbio já afeta exportação de manufaturados	16
Internacional.....	18
Câmbio leva Argentina a restringir turismo	18
Finanças	19
Crédito de emergente atrai investidor	19
O GLOBO.....	21
Economia.....	21
Secex regulamenta importação de trigo fora do Mercosul.....	21
AGÊNCIA BRASIL	25

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Internacional.....	25
Bolívia cogita deixar Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	25
CLARIN.....	25
Economía.....	25
Las autopartes, en el medio de la pelea con Brasil por los autos.....	25
PÁGINA/12	27
Sociedad.....	27
Un apoyo crítico a las pruebas PISA.....	27
Mundo.....	29
EE.UU. rechazó la acusación de Maduro	29
TÉLAM.....	30
Mundo.....	30
Amplia ventaja de Maduro en la intención de voto para las elecciones	30
Maduro y Capriles siguen cruzándose en plena campaña.....	31
ABC.....	32
Política	32
Severas críticas a Mujica por respaldar suspensión paraguaya	32
Rubín exigirá a Argentina y al Brasil pago por genocidio.....	33
Morales y Ramírez, con Misión de UE	34
ANR tendrá mayoría en Congreso, dice candidato	35
Economía.....	36
Tribunal revoca un amparo otorgado a la firma Unilever	36
Opinião.....	37
La exclusión del guaraní.....	37
Venezuela, una elección injusta	40
El Mercosur congelado	42
LA NACION	44
Política	44
Boccia dice que no revelará los salarios en Itaipú	44
Negocios.....	45
Reabren licitación del segundo puente, pero sin ferrovía	45
Argentina recarga 20% a todas las compras en el exterior	47
Paraguay, en últimos lugares en aportes a seguridad social	48
Tendencias	49
Paraguay y su gran potencial para el desarrollo de software.....	49
EL OBSERVADOR.....	51
Economía.....	51
Uruguay se beneficiará en 2013 de la recuperación de Brasil.....	51
Agro Cooperación	52
Ministros de Agricultura de la región invitados a visitar China	52
CORREO DEL ORINOCO.....	53
Mundo.....	53
Tribunal de Brasil dicta suspensión temporal a ley de regalías petroleras	53
EEUU niega que pretende atentar contra candidato de la derecha venezolana.....	55
Economía.....	55
Gobierno Nacional aprueba constitución de empresa Conglomerado Productivo.....	56
Gobierno Bolivariano crea el Fondo Bicentenario ALBA-Mercosur	56
TELESUR	57
Latinoamérica	58
Encuesta da a Maduro 14,4 puntos de ventaja sobre candidato opositor	58

<http://www.estadao.com.br>

Economia

Governo investiga dumping em exportação de polipropileno

LUCI RIBEIRO

Agência Estado

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), abriu nesta terça-feira investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações de resina de polipropileno da África do Sul, Índia e República da Coreia para o Brasil. O produto alvo da apuração é comumente classificado nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH).

A investigação foi motivada por pedido feito em 2012 pela empresa Braskem. Os países exportadores do produto foram notificados da abertura das apurações pelo governo brasileiro no último dia 6 de março. Segundo a Secex, a análise dos elementos de prova de dumping considerou o período de abril de 2011 a março de 2012. Já a análise dos elementos de prova de dano à indústria doméstica considerou o período de abril de 2007 a março de 2012.

Outras partes interessadas na investigação podem se habilitar para participar do processo, mas terão de esperar o prazo legal de 20 dias para solicitar essa habilitação ao MDIC. Os termos e os detalhes da investigação estão publicados na Circular nº 14 da Secex, publicada nesta terça-feira no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte: <http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not253561.shtm>

Governo autoriza zona franca de Pecém, no Ceará

No local será instalada a primeira siderúrgica integrada do Nordeste, uma parceria com investimento de US\$ 8 bi entre a Vale e as coreanas Dongkuk e Posco

RENATA VERÍSSIMO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo autorizou ontem o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Pecém, no Ceará, onde será instalada a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), um empreendimento com investimentos estimados em US\$ 8 bilhões, desenvolvido em parceria entre a Vale e as coreanas Dongkuk e Posco. Será a primeira usina siderúrgica integrada do Nordeste. O

novo status garante incentivos fiscais federais para a produção voltada ao mercado externo, o que deverá aumentar a rentabilidade do negócio.

A ZPE deverá ser inaugurada sexta-feira, com a participação de governadores da região, segundo o presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), Helson Braga. "É o início de uma ZPE de grande proporção." Ele acredita que no próximo ano a zona de processamento do Parnaíba, no Piauí, receberá autorização para funcionar.

Pecém é a segunda ZPE a entrar em funcionamento no Brasil. A Receita Federal publicou ontem no Diário Oficial da União o ato de "alfandegamento", o que possibilita a redução dos impostos sobre produtos fabricados na área e vendidos ao exterior.

O secretário executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), Gustavo Saboia Fontenele e Silva, disse ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, que o projeto da CSP é "tão grande", que somente ele justifica a criação da ZPE.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a previsão é de que a primeira fase da siderúrgica comece a operar em 2015, produzindo 3 milhões de toneladas de placas de aço e gerando 4 mil empregos diretos e 10 mil indiretos. A segunda etapa entra em operação em 2017. "Isso vai permitir que nasça no Estado uma indústria metalomecânica."

Na ZPE também funcionará a Vale Pecém, que vai investir US\$ 98 milhões para beneficiar o minério de ferro a ser utilizado pela CSP. Serão processadas 5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano para a siderúrgica. A ZPE também nasce numa área ao lado de onde deve ser instalada uma refinaria da Petrobrás.

A única Zona de Processamento já autorizada a funcionar no País foi a do Acre, que recebeu o aval do governo no ano passado. No entanto, a de Pecém, destaca o ministério, será um empreendimento muito maior. O foco principal é a agregação de valor às exportações brasileiras.

Segundo Fontenele e Silva, um levantamento da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) mostra que o preço médio de produtos semimanufaturados de ferro ou aço é 510% maior que o preço exportado do produto primário. Se a venda for de laminados planos de ferro ou aço, a diferença no valor sobe para 790% em relação ao produto básico.

Além disso, o secretário destaca que a aprovação da ZPE considera o potencial de desenvolvimento regional. Ele afirma, no entanto, que há um controle rigoroso do governo para

evitar que os produtos produzidos nas ZPEs cheguem ao mercado nacional, além do percentual permitido, para não afetar a competitividade das empresas fora dessa zona alfandegária.

Brecha. As companhias que se instalam em ZPEs têm tratamento tributário especial, mas precisam obter com exportações, no mínimo, 80% de sua receita bruta total. Os demais 20% de sua produção podem ser destinadas ao mercado nacional, mas não estão isentos de tributos. De acordo com o secretário, essa brecha foi uma segurança para as empresas em caso de retração no mercado internacional, mas garantiu que ganha mais a empresa em ZPE que exportar 100% da produção.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,governo-autoriza-zona-franca-de-pecem-no-ceara-,1010376,0.htm>

Argentina amplia cerco ao câmbio e acusa HSBC

Receita aumenta de 15% para 20% taxa sobre gastos com cartões no exterior; banco é denunciado por driblar controles cambiais

MARINA GUIMARÃES, BUENOS AIRES/CORRESPONDENTE - O Estado de S.Paulo

O governo argentino voltou a endurecer os controles do câmbio. Ontem, a Administração Federal de Rendas Públicas (Afip), a Receita local, ampliou de 15% para 20% a taxa sobre gastos com cartões de crédito e débito no exterior.

A Afip também iniciou um férrea fiscalização sobre bancos e agências de câmbio para punir manobras que tentam driblar os controles. Nesse contexto, denunciou o banco HSBC por lavagem de dinheiro no valor de 392 milhões de pesos (US\$ 76,86 milhões) e sonegação de impostos de 224 milhões de pesos (US\$ 43,92 milhões).

A denúncia foi feita pelo titular da Afip, Ricardo Echegaray, durante entrevista coletiva, ontem. Segundo ele, o governo denunciou o banco após uma série de buscas e apreensões, que detectaram "faturas falsas para lavar dinheiro" e "manobras fraudulentas pelas quais sonegavam impostos". Echegaray detalhou que foi feita uma análise de seis meses de documentos, os quais provam a lavagem e a sonegação

"O banco HSBC é um exemplo deste tipo de conduta, porque oferecia a empresas envolvidas em manobras de faturas falsas, usuárias e emissoras, um serviço consistente para efetuar depósitos de suas cobranças, produto de operações inexistentes, em uma conta associada a CUIT (equivalente ao CNPJ) genérico, isento do imposto sobre os débitos e créditos em contas bancárias e cujos movimentos eram ocultados deliberadamente", detalhou.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

O HSBC informou que está preocupado com as acusações feitas e que trabalha para esclarecê-las. "As alegações feitas pelos organismos reguladores na Argentina são de grande preocupação e interesse, e nós temos o compromisso de trabalhar cooperativamente com as autoridades para garantir uma avaliação completa e adequada resolução da questão", disse a porta-voz do banco no México, Lyssette Bravo.

Compras. A Afip aumentou para 20% a taxa sobre os gastos no exterior com o cartão. A decisão, que incide também sobre os pacotes turísticos e as compras por internet, foi decidida após uma investigação da Afip e do Banco Central sobre o aumento do volume dessas operações, por onde escapam as escassas divisas do mercado cambial doméstico.

Segundo o governo, foram "detectadas sérias irregularidades e condutas de fraudes por parte das instituições financeiras e de câmbio, em particular, casas de câmbio e agências de turismo e viagem". Echegaray explicou que o valor poderá ser descontado no Imposto de Renda ou no pagamento de outros impostos. "Desde outubro, temos feito advertências sobre algumas agências de turismo e entidades financeiras e casas de câmbio que requeriam compras de pacotes turísticos antecipados, os quais não condiziam com as pessoas que viajavam depois", afirmou.

O mercado de câmbio na Argentina começou a sofrer restrições no fim de outubro de 2011 até chegar ao controle total no ano passado. A proibição da compra de dólares para poupar e as demais medidas para impedir a saída de divisas do país abriram uma diferença de 58% entre o câmbio oficial e o paralelo.

A situação estimulou as viagens dos argentinos ao exterior, nas quais aproveitam para fazer compras, driblando também as restrições contra as importações. Mesmo com a taxa sobre os gastos no exterior, os argentinos consideram que ainda é vantajoso comprar fora. De janeiro até o final de fevereiro, o BC já havia perdido US\$ 1,8 bilhão.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,argentina-amplia-cerco-ao-cambio-e-acusa-hsbc-,1010461,0.htm>

Opinião

O alvo do governo Kirchner

O Estado de S.Paulo

A redução de 73% registrada em 2012 no saldo do Brasil no comércio com a Argentina - num período em que superávits dos principais parceiros comerciais dos argentinos aumentaram até 52% - não deixa dúvidas de que a política protecionista cada vez mais agressiva do governo da presidente Cristina Kirchner tem um alvo específico. Medidas administrativas que retardam ou impedem a entrada de produtos importados na Argentina têm sido contestadas por diversos países exportadores, mas toleradas pelo governo brasileiro. Como a escarnecer da atitude brasileira e das reiteradas promessas de amizade indestrutível da presidente Dilma Rousseff, feitas a sua colega argentina, o protecionismo de Buenos Aires prejudica direta e duramente o Brasil e preserva os demais países.

Os números da balança comercial entre os dois países não deixam dúvidas de que a condescendência com que o governo Dilma reage às restrições comerciais da Argentina estimula a ação dos funcionários do governo Kirchner notoriamente contrários à entrada de produtos brasileiros em seu país. Ruins para o Brasil já em meados do ano passado, os resultados do comércio bilateral ficaram ainda piores no acumulado de 2012.

Em julho do ano passado, as importações argentinas de produtos brasileiros tinham sido 67% menores do que as registradas em julho de 2011 e o superávit comercial acumulado pelo Brasil nos sete primeiros meses do ano tinha diminuído 52% em relação ao período janeiro-julho do ano anterior.

Em todo o ano passado, as exportações brasileiras para a Argentina somaram US\$ 18 bilhões, 21% menos do que os US\$ 22,7 bilhões exportados em 2011. As importações brasileiras de produtos argentinos, de sua parte, de US\$ 16,8 bilhões, mantiveram-se praticamente no mesmo nível de 2011, de US\$ 16,4 bilhões. Com isso, o saldo caiu de US\$ 5,9 bilhões para US\$ 1,6 bilhão, uma redução de 73% (algumas consultorias privadas, como a Abeceb.com, calculam a queda em 65%).

Atribui-se a queda das importações de produtos brasileiros à redução do ritmo da economia argentina no ano passado, quando deve ter crescido menos de 2%. Essa é uma explicação parcialmente verdadeira. Mas, no momento em que as exportações brasileiras caíam, as dos outros principais países fornecedores da Argentina cresciam, e em ritmo intenso. As da Holanda aumentaram 160%; as dos Estados Unidos, 9%; as do Japão, 7%; e as da Alemanha, 2%, como noticiou o jornal Valor (18/3). O superávit, que no caso do Brasil teve fortíssima contração, aumentou 52% para a Alemanha, 29% para os Estados Unidos e 14% para a China.

Brasil e Argentina são os principais integrantes do Mercosul, o bloco do Cone Sul que, teoricamente, é uma união aduaneira, na qual é livre a circulação de bens e serviços. Desde

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

meados da década passada, no entanto, a Argentina vem restringindo a entrada de produtos estrangeiros, mesmo os originários de outros países do Mercosul.

No ano passado, o governo Kirchner instituiu um sistema de controle administrativo de importações que vem retendo mercadorias nos postos alfandegários até a emissão de uma autorização especial para a entrada no mercado argentino. Essa autorização está condicionada à apresentação prévia de uma declaração juramentada, cuja aceitação depende do juízo de setores do governo responsáveis pelas medidas protecionistas.

O objetivo dessas medidas é estimular a produção argentina, mas as ações do governo Kirchner no campo econômico vêm assustando os empresários, nacionais e estrangeiros, o que inibe os investimentos produtivos.

As presidentes dos dois países deveriam discutir, entre outras, a questão da deterioração do comércio bilateral por causa do crescente protecionismo argentino, numa reunião que estava marcada para o início de março. O encontro teve de ser adiado em razão da morte do presidente venezuelano Hugo Chávez. O tema, porém, não pode mais ser adiado, como deixam claro os dados recentes sobre o comércio bilateral. Se o governo Dilma não mudar sua atitude em relação à Argentina, o governo Kirchner se sentirá ainda mais livre para prejudicar o Brasil.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-alvo-do-governo-kirchner-,1010487,0.htm>

Internacional

Empresário conservador lidera pesquisa de eleição presidencial no Paraguai

Reuters

18 de março de 2013 | 16h36

O empresário Horacio Cartes, recém-chegado à política que promete levar o conservador Partido Colorado de volta ao poder no Paraguai, lidera as intenções de voto para as eleições presidenciais de 21 de abril, segundo pesquisa publicada nesta segunda-feira.

Cartes obteve 37,3 por cento das preferências na pesquisa da consultoria local First Análisis y Estudios, publicada pelo jornal ABC, diante de 30,3 por cento do candidato do governista Partido Liberal, o advogado e ex-ministro de Obras Públicas Efraín Alegre.

O jornalista e apresentador de televisão Mario Ferreiro, que representa uma coalizão de partidos de esquerda, está no terceiro lugar com 9,5 por cento. Um total de 13,2 por cento dos pesquisados disse não saber ou não respondeu à consulta, que tem margem de erro de 3,1 por cento.

Cartes, um rico empresário e dirigente desportivo, entrou na política há poucos anos com a promessa de levar o Partido Colorado, que governou o país por seis décadas, de novo ao governo, depois de sofrer em 2008 sua primeira derrota nas eleições presidenciais desde a abertura democrática em 1989.

Alegre, um senador que renunciou a seu assento, lidera uma aliança de pequenos partidos de centro-esquerda e é apoiado pelo presidente Federico Franco, que substituiu em junho do ano passado o ex-mandatário Fernando Lugo após sua destituição num polêmico processo de impeachment.

Lugo aceitou a decisão do Congresso de removê-lo do cargo, mas denunciou um golpe de Estado parlamentar. Agora, concorrerá a senador por outra coalizão de esquerdas chamada Frente Guasu, que tem o médico Aníbal Carrillo como candidato.

A pesquisa da First disse que Carrillo tem apenas 1,9 por cento das intenções de voto, mas Lugo, que lidera a lista do Senado da coalizão, teria o apoio de quase 12 por cento dos eleitores, um número que a converteria na terceira força política no Senado.

As eleições acontecerão sob o olhar atento de observadores internacionais, depois que o país ficou isolado na região, principalmente pelo Mercosul, bloco econômico do qual o Paraguai faz parte, que considerou a destituição de Lugo uma quebra democrática.

A pesquisa foi realizada com mais de 1.100 pessoas em 10 dos 17 Estados do país. Os dados foram colhidos entre 9 e 15 de março.

(Reportagem de Mariel Cristaldo)

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,empresario-conservador-lidera-pesquisa-de-eleicao-presidencial-no-paraguai,1010229,0.htm>

Notícias

Kirchner quer intervenção de Francisco na crise das Malvinas

Solicitação, feita em audiência privada ocorrida no Vaticano, é a primeira de um chefe de Estado ao pontífice

ANDREI NETTO, ENVIADO ESPECIAL / ROMA - O Estado de S.Paulo

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, pediu ontem a intervenção do papa Francisco na crise diplomática em torno das Ilhas Malvinas, hoje em mãos da Grã-Bretanha. A solicitação foi feita em audiência privada realizada no Vaticano, a primeira de um chefe de Estado ao novo pontífice. O encontro ocorreu no final da manhã e marcou a aproximação entre os dois argentinos, que mantinham uma relação tensa quando Jorge Bergoglio era arcebispo de Buenos Aires, até a última semana.

Cristina chegou ontem a Roma para participar da missa inaugural do pontificado de Francisco, hoje. No encontro, parte filmado por um cinegrafista, as duas personalidades foram mostradas em momentos de sorrisos e confraternização.

A presidente presenteou com cuias de mate o papa, que demonstrou satisfação com o presente. Depois, os dois almoçaram juntos no Vaticano, mas não fizeram nenhuma declaração conjunta à imprensa.

O único pronunciamento foi feito três horas mais tarde, por Cristina. No hotel onde está hospedada, em Roma, ela fez uma declaração de 20 minutos em que narrou o encontro e se disse satisfeita pela escolha de Bergoglio. Ao fim, revelou ter solicitado a intervenção do papa no impasse com a Grã-Bretanha em torno das Ilhas Malvinas. "Pedi (a intervenção) para evitar problemas que podem surgir a partir da militarização da Grã-Bretanha no Atlântico Sul. Queremos um diálogo e é por isso que pedimos ao papa para intervir."

A presidente lembrou que em 1978, quando Argentina e Chile quase entraram em conflito, João Paulo II intermediou um entendimento. "Agora a situação é diferente porque a Grã-Bretanha e a Argentina são dois países democráticos, com governos eleitos pelo povo."

Até a semana passada, a presidente e o então cardeal Bergoglio mantinham uma relação glacial em Buenos Aires. O arcebispo criticou em diferentes oportunidades a demagogia dos governos de Cristina e de seu antecessor e marido Nestor Kirchner. De outro lado, a Casa Rosada aprovou no medidas progressistas reprovadas pela Igreja Católica, como o casamento homossexual, em 2010.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,kirchner-quer-intervencao-de-francisco-na- crise-das-malvinas-,1010389,0.htm>

VALOR ECONÔMICO

<http://www.valor.com.br/>

Opinião

Um acordo comercial Brasil-Estados Unidos

Por Diego Bonomo

A última negociação para a liberalização significativa do comércio entre Brasil e Estados Unidos ocorreu no contexto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), encerrada, sem sucesso, em 2005. Dos cerca de dez anos da negociação, o governo brasileiro dedicou oito a, de forma mais ou menos ativa, bloquear ou prorrogar a conclusão da iniciativa americana. Desde então, o fluxo de comércio, investimento, conhecimento e visitantes entre os dois países atingiu recordes históricos, demonstrando o potencial a ser explorado por um acordo comercial bilateral. Chegou a hora de avaliar se os obstáculos originais à liberalização ainda são relevantes.

O primeiro obstáculo no contexto da Alca era político. O entendimento do Brasil e, em especial, do Ministério das Relações Exteriores, era de que um acordo comercial com os EUA poderia cristalizar a assimetria de poder existente entre ambos. Temia-se que o acordo pudesse estabelecer relação de dependência econômica e política e, por consequência, ser utilizado como instrumento de pressão americana junto ao país. Esse temor incluía, até mesmo, a dissolução do Mercado Comum do Sul (Mercosul) pelo projeto hemisférico.

O segundo obstáculo era econômico. A percepção do setor privado brasileiro, em particular da indústria, era de que a liberalização tornaria a concorrência com os EUA insustentável e resultaria na desindustrialização ou desnacionalização de setores industriais do Brasil, processo similar ao vivenciado durante o período final da abertura comercial unilateral, no governo Collor.

A ascensão da China como potência global tornou menos relevante o problema da concorrência americana

O terceiro obstáculo era comercial. A visão tanto do governo, quanto do setor privado brasileiro, era de que não seria possível alcançar equilíbrio nos compromissos em política comercial. O entendimento era de que os americanos avançariam pouco para reduzir ou eliminar barreiras nas

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

duas áreas-chave para o Brasil - agricultura e defesa comercial -, ao passo que exigiriam compromissos substanciais em compras governamentais, investimento e propriedade intelectual, que limitariam a execução de políticas públicas pelo país.

De 2005 para cá, o sistema internacional, assim como as relações Brasil-EUA, passaram por mudanças estruturais. Dos três obstáculos originais à liberalização do comércio bilateral, dois perderam relevância e o terceiro está em via de seguir o mesmo fim.

Em primeiro lugar, a consolidação do país como potência regional e seu avanço para se tornar potência mundial eliminou o risco de um acordo comercial com os EUA cristalizar a assimetria de poder entre ambos. A assimetria continua a existir, mas um acordo não seria suficiente para perenizá-la; ao contrário, seria apenas o que de fato é qualquer acordo desse tipo - um instrumento para otimizar a alocação de recursos econômicos nos dois países, gerando negócios, crescimento e empregos.

Em segundo lugar, a ascensão da China como potência econômica e comercial e o aprofundamento dos vínculos corporativos entre Brasil e EUA tornaram menos relevante o problema da concorrência americana. Hoje, a maior preocupação da indústria brasileira é com a concorrência asiática, ao passo que se tornou investidora no mercado americano - de proteína animal (JBS e Marfrig) à petroquímica (Braskem), passando por aeronáutica (Embraer), construção (Odebrecht), energia (Petrobras), siderurgia (Gerdau), tecnologia da informação e comunicação (Stefanini) e têxtil e vestuário (Coteminas).

Por fim, as questões de política comercial evoluem para cenário mais promissor. A agricultura permanece como obstáculo, mas a situação fiscal dos EUA e o lançamento das negociações do acordo transatlântico com a União Europeia, assim como a conclusão do acordo transpacífico, podem ajudar a removê-lo. Já em defesa comercial, os americanos eliminaram, em quase todos os casos, sua metodologia ilegal na aplicação de direitos antidumping, conhecida como "zeramento" (zeroing) e condenada em diversas disputas na OMC. Hoje, é o Brasil quem aplica mais direitos contra os produtos americanos e não o contrário.

Em paralelo, a modernização do setor privado brasileiro e, por consequência, das políticas públicas do país, vêm, também, modificando a visão tradicional de que compromissos em compras governamentais, investimento e propriedade intelectual sejam limitantes - ou de que esses limites sejam, de modo necessário, ruins. Há número crescente de empresários e membros do governo brasileiro que enxergam nesses compromissos oportunidades de acesso a mercados para as exportações de bens e serviços do Brasil, combate à corrupção, promoção de negócios e incentivo à inovação.

Diante dessas mudanças, os dois países deveriam utilizar o Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, firmado em 2011 pela presidenta Dilma e o presidente Obama, como plataforma para estudar um potencial acordo comercial bilateral. A realização desse estudo, que deveria incluir consulta formal ao setor privado e à sociedade civil, não fere os compromissos brasileiros no âmbito do Mercosul e cria oportunidade para o debate amplo e público sobre quais devem ser os objetivos de política comercial do país, em especial no que diz respeito às negociações comerciais.

A limitação do Brasil para negociar acordos em separado dos outros membros do bloco sul-americano não deve ser obstáculo a esse esforço de avaliação inicial, afinal, se houver interesse por parte do país, sua liderança no continente influenciará o comportamento dos demais. Paraguai e Uruguai já demonstram ver incentivos comerciais suficientes para firmar acordo com os EUA, ao passo que a situação política e econômica na Argentina e na Venezuela pode evoluir para cenário mais propício após a exaustão (já visível) dos atuais modelos de política econômica, comercial e externa.

Com os EUA prontos para retomar a agenda de negociações comerciais, paralisada desde a crise de 2008 e 2009, e com as iniciativas nessa área concentradas no Atlântico Norte e no Pacífico, o custo de oportunidade da inação do Brasil pode ser alto.

Diego Bonomo é diretor para políticas públicas da seção americana do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu), ligado à U.S. Chamber of Commerce, em Washington.

Fonte: <http://www.valor.com.br/opiniao/3050310/um-acordo-comercial-brasil-estados-unidos>

Empresas

Vendas de carros importados recuam 31% em fevereiro

Por Eduardo Laguna | Valor

SÃO PAULO - As vendas de carros importados – das marcas sem fábrica no país – tiveram queda de 31,1% em fevereiro, comparativamente a igual período do ano passado, conforme balanço divulgado pela Abeiva, entidade que representa desde grifes de alta sofisticação como BMW, Audi e Porsche a marcas mais populares a exemplo das chinesas JAC Motors e Chery.

No total, 7,2 mil veículos foram emplacados no mês passado, um volume 16,7% abaixo do total de janeiro. O resultado mostra que as vendas dos importados caíram bem mais do que o mercado

como um todo, cujo recuo na comparação anual foi de 5,6% em fevereiro.

O período mais curto de vendas – prejudicado também pelo Carnaval – afetou o desempenho de todos os setores automotivos no mês passado. Mas, no caso dos importadores, a trajetória de queda ocorre desde o ano passado, em virtude da diferenciação de 30 pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os carros vindos do exterior – com exceção dos veículos do Mercosul e do México.

A maioria das marcas já se habilitou ao novo regime automotivo, o que lhes permite importar um volume limitado de carros sem o IPI extra. Mas isso ainda não se refletiu em melhora dos resultados neste ano, embora a Abeiva projete para 2013 um crescimento de cerca de 16% - estimativa sujeita a alteração.

No primeiro bimestre, as vendas das marcas importadas somaram 15,8 mil carros, ou apenas 3% do mercado nacional de automóveis e utilitários leves. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o setor registrou queda de 27,5% nos dois primeiros meses de 2013, na contramão do crescimento de 6,3% do mercado total.

Fonte: <http://www.valor.com.br/empresas/3049660/vendas-de-carros-importados-recuam-31-em-fevereiro>

Diretor da OIC diz que mercado de café discrimina Brasil

Por Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

O diretor-executivo da Organização Internacional do Café (OIC), o brasileiro Robério Silva, afirmou ontem, em Belo Horizonte, que o Brasil é discriminado no mercado internacional de café. "Hoje há uma escalada tarifária nos países desenvolvidos que impede exportações de matéria já acabada [café torrado e moído e solúvel]". As exportações brasileiras de café se concentram em café verde em grão.

"Eu nem deveria falar isso porque sou funcionário internacional, mas o Brasil é discriminado com relação à tarifa que se aplica ao café solúvel na Europa. É uma demonstração clara que os países desenvolvidos estão tratando de resolver os seus problemas e cabe a nós tentar, do ponto de vista das negociações internacionais, fazer avançar os nossos interesses."

Silva fez a declaração durante encontro com a imprensa em evento de lançamento da Semana Internacional do Café, que será realizada em setembro na capital mineira e receberá a reunião de 50 anos da OIC. Minas Gerais é o principal produtor de café do Brasil, país que lidera a produção e

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

as exportações mundiais da commodity. Para este ano, a produção de café em Minas é projetada em 25 milhões de sacas, 51,4% da produção nacional.

Para Silva, o caminho para os países produtores enfrentarem as altas tarifas, principalmente na União Europeia, são as negociações diplomáticas. Por essa razão, o representante chamou atenção para a possibilidade de o Brasil ter o embaixador Roberto Azevedo à frente da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Outro desafio para o segmento é a queda recente dos preços do café arábica, variedade de melhor qualidade e que representa aproximadamente 60% da produção mundial. "O arábica está muito barato", afirmou. Segundo ele, o maior risco é a ameaça à sustentabilidade da agricultura cafeeira. O esforço da OIC é "relançar um pacto cafeeiro", que passa pela sustentabilidade econômica, social e ambiental. "A mais importante para o produtor é o preço".

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, Roberto Simões, e outras lideranças do agronegócio têm reuniões agendadas para esta semana nos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, onde discutirão a questão dos preços do café.

O pleito é que o governo federal adote medidas para sustentar as cotações, como os leilões públicos de opção de compra - um compromisso por parte do governo de comprar estoques a um preço pré-determinado numa data combinada. "O governo sempre fez isso, mas nunca precisou fazer grandes aquisições. Mesmo assim, a medida ajudava a influenciar nos preços."

Silva definiu como "brilhantes" as perspectivas de demanda mundial do café. China, Rússia, Coreia do Sul, países do Leste Europeu e Austrália são alguns dos considerados novos mercados para a commodity. A demanda mundial cresceu, em média, 1,5% ao ano na década de 1990 e 2,5% nos anos 2000. A previsão da OIC é que esse ritmo seja mantido nos próximos anos.

Com os preços do café robusta (de pior qualidade) caminhando para cima, a expectativa é que os consumidores que hoje optam por cafés mais baratos acabem migrando naturalmente para o arábica.

Fonte: <http://www.valor.com.br/empresas/3050496/diretor-da-oic-diz-que-mercado-de-cafe-discrimina-brasil>

Brasil

Câmbio já afeta exportação de manufaturados

Por Marta Watanabe | De São Paulo

A valorização do real frente ao dólar desde dezembro já começou a afetar a exportação de manufaturados. Mais do que isso, fez a venda de industrializados ao exterior voltar a apresentar queda, após uma tentativa de recuperação no último trimestre de 2012. Junto com o câmbio, pesam contra a exportação de manufaturados a falta de recuperação de mercados como o europeu e o americano, além da dificuldade de exportar para a Argentina, o maior destino dos manufaturados brasileiros.

Em ritmo desacelerado desde junho de 2011, a exportação brasileira de manufaturados começou a cair no trimestre encerrado em junho de 2012, contra mesmo período do ano anterior. No último trimestre do ano passado, a venda de manufaturados ensaiou uma recuperação (alta de 2,9% no trimestre encerrado em novembro), mas voltou a cair em 2013. Os trimestres encerrados em janeiro e fevereiro tiveram recuo de 3,1% e 11,3%, respectivamente.

A queda nas vendas ao exterior de manufaturados preocupa mais, porque são os itens da pauta de exportação com maior valor agregado, diz Rodrigo Branco, economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). "Esse desempenho põe em evidência a dificuldade da indústria em aumentar exportações, mesmo com as medidas de incentivo."

A queda na venda dos manufaturados não está restrita a poucos setores. Entre os 24 segmentos industriais que a Funcex acompanha, houve redução de exportação em 14 setores no primeiro bimestre contra o mesmo período de 2012. As vendas externas de máquinas e equipamentos caíram 25,9%, metalurgia teve recuo de 11,8% e produtos de borracha e plástico, 12,4%.

A queda de 9,9% no embarque do total de manufaturados foi maior que a esperada e contribuiu para a Funcex reduzir de US\$ 16 bilhões para US\$ 13 bilhões a estimativa de superávit comercial para 2013. "Ao que tudo indica, a recuperação da balança do ano vai depender muito mais das safras agrícolas do que se imaginava antes", diz Branco. Depois do déficit histórico em fevereiro, a balança acumula no primeiro bimestre saldo negativo de US\$ 5,31 bilhões.

"A exportação brasileira de manufaturados tem uma dependência grande do câmbio e segue a curva do dólar a curto prazo", diz Welber Barral, sócio da Barral M Jorge e ex-secretário de Comércio Exterior. A recuperação no último trimestre do ano passado, diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), acompanhou a expectativa do

exportador e o discurso do governo federal, segundo o qual o real mais desvalorizado iria permanecer. "Mas em dezembro, o governo começou a mudar o discurso, o que mexeu na expectativa de câmbio e na queda de exportação de manufaturados", diz Castro. "O exportador não altera o preço e nem faz esforço para exportar, se acha que o real vai se valorizar."

"Além da valorização do real frente ao dólar, há outros fenômenos. Entre eles, a concorrência ainda maior no mercado internacional, que se acirrou nos últimos meses", diz Barral. A maior competição, diz, é resultado da frustração em relação à recuperação de economias como a europeia e a americana, que não reagiram ainda como esperado.

O fator Argentina, lembra Castro, também é relevante. Os argentinos são os maiores compradores externos de manufaturados brasileiros. No ano passado, em razão das barreiras impostas, as vendas do Brasil ao país vizinho tiveram queda de 20,8%, enquanto a exportação total brasileira caiu 5,3%.

Cerca de 90% do que o Brasil exporta para a Argentina são manufaturados. No ano passado, a venda de manufaturados aos argentinos caiu 19,7%, e no primeiro bimestre deste ano contra igual período de 2012, o recuo foi alto de novo - 16,3%.

Do total em manufaturados vendidos pelo Brasil ao exterior, 18,1% vão para os argentinos. O segundo maior destino são os Estados Unidos, com 15%, e depois, a Holanda. O desempenho abaixo do esperado, porém, não se limita à Argentina. No primeiro bimestre contra mesmo período do ano passado, a venda de manufaturados aos americanos ficou, segundo dados da Funcex, com queda leve de 0,9%. A venda dos produtos dessa mesma classe para a União Europeia sofreu redução de 18,2%.

Um dos agravantes, diz Branco, é a perda de mercado pelo Brasil na venda de manufaturados para os países latino-americanos, que têm fatia superior a 40% na exportação brasileira dessa classe de produtos. "E o Brasil tem perdido fatia de mercado nessa região, porque o problema não se restringe à Argentina." A exportação brasileira de manufaturados, diz o economista da Funcex, não tem acompanhado o crescimento econômico dos países latino-americanos.

Embora ainda demonstre fôlego para Paraguai (alta de 15,1%) e para Colômbia (alta de 5,3%), as vendas para o Peru e para a Venezuela amargaram queda, de 12,2% e de 21,2%, respectivamente. Todos os números levam em conta o primeiro bimestre contra mesmo período do ano passado. Além de câmbio e concorrência, a exportação regional de manufaturados, diz Barral, esbarra nas preferências naturais criadas com os acordos comerciais mais recentes que países como a Colômbia assinaram com os Estados Unidos.

Barral não espera grande melhora na exportação brasileira de manufaturados para este ano. O receio é de que o processo de valorização do real frente ao dólar continue nos próximos meses. O debate atual sobre o aumento de juros para segurar a inflação, diz Barral, contribui muito para isso. "Se os juros aumentarem, atrairemos mais dólares para investimentos e haverá mais pressão para a valorização do real."

Enquanto isso, diz Castro, o exportador continua sem confiança para explorar novos mercados ou investir mais na exportação. "As medidas tributárias não foram suficientes, e mesmo o Reintegra, um benefício mais geral, demorou muito para ser prorrogado ao fim do ano passado."

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/3050276/cambio-ja-afeta-exportacao-de-manufaturados>

Internacional

Câmbio leva Argentina a restringir turismo

Por César Felício | De Buenos Aires

O turista argentino que comprar passagens aéreas ou pacotes passará a pagar de imediato um imposto de 20% sobre o valor, a partir de hoje. Para os gastos em cartão de crédito no exterior, em que já havia uma cobrança de 15%, a nova alíquota também será de 20%. A medida tenta desestimular a nova tendência que marca a conta de serviços de turismo no país desde o ano passado, quando a Argentina passou a ser um país deficitário no setor.

As viagens internacionais se tornaram o último caminho disponível à maior parte dos argentinos para ter acesso ao dólar, depois que o governo proibiu a compra de divisas estrangeiras para investimento ou aquisição de imóveis. E o argentino médio tem procurado explorar a brecha com cada vez mais empenho.

Em 2010, a Argentina teve um superávit de US\$ 699 milhões entre a compra e a venda de serviços turísticos e passagens. Em 2011, o fluxo ficou negativo em US\$ 718 milhões. Em 2012, a diferença já havia saltado a US\$ 4,2 bilhões, segundo dados do Banco Central do país. Nesse período, o número de argentinos que saíram do país pelos aeroportos de Buenos Aires passou de 1,9 milhão para 2,431 milhões, um aumento de 26,3%.

"Esse déficit representa metade do fluxo negativo que a Argentina tem na área energética. É um valor próximo aos compromissos de dívida externa que o país terá ao longo de 2013. Não estamos falando de uma coisa trivial", comentou o economista Ricardo Delgado, da consultoria Analytica.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Em termos práticos, a medida de ontem representa o início de um desdobramento cambial. Com a imposição da taxa, o turista argentino que viaja ao exterior gasta o equivalente a 6,10 pesos para adquirir um dólar. No câmbio oficial, a cotação está em 5,10. No paralelo, ronda os 8 pesos por dólar.

O resultado da conta de turismo na Argentina não reflete apenas o uso de uma estratégia para se obter dólar no exterior, mas mostra também como o atraso cambial no país afetou a competitividade.

Os gastos de turistas estrangeiros no país caíram de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 3,3 bilhões em dois anos. Os turistas continuam chegando à Argentina, mas gastam proporcionalmente cada vez menos. Em 2012, entraram no país 2,711 milhões de visitantes, 53 mil a menos que em 2010. O gasto per capita recuou de US\$ 150 para US\$ 120 por turista.

Como a taxa oficial do dólar variou entre 2010 e 2011 abaixo até mesmo do desacreditado cálculo da inflação oficial - em torno de 10% - e em 2012 subiu só 16%, há um aumento dos preços em dólar de serviços como passagens, hotéis e refeições na Argentina. Além disso, o ressurgimento do câmbio negro começou a desviar o turista do mercado formal de divisas.

Nesses dois primeiros meses do ano, até mesmo o real passou a ter uma cotação paralela. Cada unidade da moeda brasileira chega a ser negociada por 3,60 pesos, uma brecha de 30% em relação à cotação oficial do real, que é de 2,50 por unidade.

Ao anunciar a medida ontem, o chefe da Receita argentina, Ricardo Etcheagaray, afirmou que o órgão havia detectado que serviços prestados no país estavam sendo faturados no exterior, como uma maneira de viabilizar a fuga de capitais. Chegou a chamar o fenômeno de "fugadutos". O dólar oficial na Argentina acumula neste ano uma desvalorização de 3,5%.

Fonte: <http://www.valor.com.br/internacional/3050474/cambio-leva-argentina-restringir-turismo>

Finanças

Crédito de emergente atrai investidor

Por Alessandra Bellotto e Silvia Rosa | De São Paulo

O mercado de dívida de países emergentes vem ganhando relevância entre os investidores globais nos últimos cinco anos, ao oferecer retornos mais competitivos e maior liquidez relativamente ao período pré-crise financeira, aponta a gestora americana BlackRock, que administra um total de

US\$ 3,7 trilhões em ativos, em relatório. Mas o que mais chama a atenção, pondera Russ Koesterich, estrategista-chefe de investimentos da gestora, é a melhora da qualidade de crédito do mercado de dívida de emergentes, tanto em termos absolutos quanto - e principalmente - relativamente aos bônus de desenvolvidos.

"Nas últimas duas décadas, muitos países emergentes tiveram melhorias significativas em termos fiscais e agora podem se vangloriar de contar com balanços melhores do que a maioria dos países desenvolvidos", destaca. Segundo a BlackRock, o avanço dos emergentes em relação aos desenvolvidos é confirmado sob várias métricas. Desde a crise, o spread médio dos títulos de mercados emergentes relativamente aos Treasuries (papéis do governo americano) de dez anos caiu dos cerca de 700 pontos para abaixo dos 250 pontos.

A queda dos spreads é fruto da busca por retorno pelo investidor, destaca a BlackRock, mas principalmente da melhora na percepção de risco em relação aos emergentes, segundo a gestora. No mercado de contratos de "Credit Default Swap" (CDS, na sigla em inglês), instrumento que funciona como um seguro contra calote, a busca por proteção para títulos soberanos de países desenvolvidos aumentou tanto desde a crise financeira que acabou superando a demanda por seguro para bônus soberanos de emergentes. A diferença de custos entre o CDS para dívida de emergente e o de desenvolvido também diminuiu significativamente, apesar de ainda ser mais caro no primeiro caso.

Outro atrativo do mercado emergente é a melhor relação dívida/PIB. Enquanto a média da dívida pública bruta sobre o PIB dos países desenvolvidos era de 109,9% em 2012, a dos mercados emergentes estava em 34,4%. Em 2007, compara a BlackRock, esse mesmo indicador para os países desenvolvidos estava em 74% e para os emergentes, em 34,7%.

Essa é uma tendência que deve permanecer, segundo a gestora, apesar de esperar uma melhora da situação fiscal dos países desenvolvidos no curto prazo. No longo prazo, pondera, a situação fiscal nos Estados Unidos tende a se deteriorar mais uma vez, em função do aumento de gastos com pensionistas e saúde. Se mantida a mesma política fiscal, os Estados Unidos devem voltar à casa do US\$ 1 trilhão de déficit, diz.

Na contramão, destaca a gestora, os emergentes caminham para contas mais equilibradas. Enquanto o déficit primário em relação ao PIB dos países desenvolvidos fechou em 5,9% em 2012, na média, nos emergentes foi de 1,4%. Níveis menores de endividamento e balanços equilibrados também se estendem às empresas de países emergentes, acrescenta a BlackRock. Segundo a gestora, em 2012, enquanto a dívida tomada por companhias de mercados desenvolvidos representava 95% do PIB, nos emergentes, esse percentual era de pouco mais de 60%. "Em

suma, sob várias métricas de solvência, os países emergentes estão diminuindo a diferença [em relação aos desenvolvidos], e em muitos casos superando seus pares."

Do ponto de vista de mercado, também houve avanços. Entre os anos de 2008 e 2012, a capitalização de mercado de dívida de emergentes, considerando títulos soberanos e corporativos, dobrou, passando de US\$ 1,27 trilhão para US\$ 2,73 trilhões, o que contribuiu para elevar a liquidez.

Além disso, esse segmento ganhou um viés menos especulativo, destaca a BlackRock. Em 2007, apenas 40% das emissões cobertas pelo índice J.P. Morgan de mercados emergentes de dívida (EMBI) eram classificadas como "investment grade". Hoje, essa fatia subiu para 60% do indicador.

A posição em bônus de mercados emergentes no portfólios dos investidores institucionais, no entanto, ainda é pequena. A BlackRock vê espaço para o aumento da alocação nesses ativos. Para investidores mais conservadores, a gestora afirma que a participação nesses papéis poderia chegar a 10% do portfólio de renda fixa, enquanto nas carteiras mais agressivas essa posição poderia ficar perto de 30%.

O ambiente de juros nominais de curto prazo perto de zero no mercado internacional, com taxas reais ainda em território negativo no futuro próximo, faz com que investidores continuem procurando alternativas de investimento, como bônus de mercados emergentes.

Fonte: <http://www.valor.com.br/financas/3050164/credito-de-emergente-atrai-investidor>

O GLOBO

<http://oglobo.globo.com/>

Economia

Secex regulamenta importação de trigo fora do Mercosul

Agencia Estado

18/03/2013 11h27 - Atualizado em 18/03/2013 11h27

Brasília, 18 - A regulamentação da importação de 1 milhão de toneladas de trigo que estarão isentas da alíquota de 10% da Tarifa Externa Comum (TEC), incidente nas compras feitas fora de países fora do Mercosul, foi publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União (DOU). A medida, que entra em vigor em 1º de abril e se encerra no dia 31 de julho, visa atender à demanda dos moinhos, por causa da quebra da safra brasileira. Houve também problemas de

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

queda na produção e perda de qualidade de trigo na Argentina, que abastece metade do consumo nacional.

A portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), estabelece que uma cota de 900 mil toneladas de trigo (90% do total previsto) será efetuada de acordo com o volume importado por empresa ao longo do ano passado, tendo com piso de participação 0,75% das importações.

A Secex definiu que 10% da cota (100 mil toneladas) será utilizada como reserva técnica 'para atender a situações não previstas, podendo ser destinada, ainda, para amparar importações de empresas que importaram quantidade inferior a 0,75% do total das importações'. Segundo a portaria, na análise e deferimento dos pedidos será obedecida a ordem de registro das licenças de importação. A cota inicial a ser concedida a cada empresa será limitada a 30 mil toneladas.)

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/03/secex-regulamenta-importacao-de-trigo-fora-do-mercosul.html>

Economia

Produtos de marcas globais devem ter garantia mundial

Nikon terá que indenizar cliente por ter se recusado a cumprir a garantia de produto comprado no Chile

LUIZA XAVIER

Publicado:16/03/13 - 19h57 - Atualizado: 18/03/13 - 18h09

RIO – Uma recente decisão da Justiça do Rio, que já está em fase de execução, reforça a jurisprudência sobre um tema polêmico: o respeito à garantia de produtos comprados no exterior por empresas que atuam no Brasil. Aliás, o comportamento das empresas globais que se recusam a prestar assistência local a seus clientes vai de encontro aos novos hábitos dos consumidores no atual cenário da economia do país. Em janeiro, os brasileiros gastaram US\$ 2,3 bilhões em viagens ao exterior, o maior valor desde que o Banco Central (BC) começou a registrar tais dados, em 1947.

No caso levado à Justiça pelo advogado Ib Teixeira, a juíza Lúcia Glioche, da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, decidiu que a Nikon do Brasil terá de indenizá-lo em R\$ 2 mil por danos morais, além de fornecer a ele um equipamento novo. Teixeira teve negado o conserto gratuito de uma câmera fotográfica comprada durante viagem ao Chile, em abril passado. Com a decisão, os juízes de primeira instância poderão seguir a tendência favorável ao consumidor, embora não haja obrigatoriedade.

— Quando negaram o conserto da máquina fotográfica, decidi entrar com uma ação citando a recomendação do STJ (Superior Tribunal de Justiça). O produto ainda estava no prazo de garantia, mas queriam me cobrar pelo conserto, e um valor que era quase o do equipamento, alegando que esta serve apenas para produtos vendidos no Brasil e com termos de garantia em português — conta Teixeira, que aguardou quase um ano pela sentença.

A Nikon do Brasil informou, em nota, que age dentro da lei e segue na íntegra o Código de Defesa do Consumidor (CDC), “assim como qualquer determinação do Poder Judiciário brasileiro em todas as suas relações com consumidores”. A empresa “não comenta casos jurídicos publicamente.”

A assessora técnica do Procon-SP Máira Feltrin Alves destaca que, embora ainda não haja legislação específica a respeito da aceitação global dos termos de garantia de produtos, as empresas terão que mudar esse entendimento e se adequar à nova realidade:

— Isso não será tão fácil, mas, com o comércio eletrônico em ascensão, as empresas e os fornecedores terão de se adequar. É uma nova realidade. Agora, é importante que o consumidor também atue de forma efetiva, que saiba cobrar e exigir seus direitos. Essa decisão da Justiça do Rio simplesmente traduziu o desejo da sociedade.

Questão em debate na OEA

Entretanto, de acordo com Juliana Pereira, titular da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça (Senacon/MJ), o assunto está longe de ser solucionado fora da esfera judicial. Até o momento, a possibilidade de acordo próximo existe apenas entre os países do Mercosul:

— Apresentamos à Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2009, proposta para a criação de uma conferência sobre o assunto. A ideia era criar a Conferência Interamericana de Direito Privado, mas Estados Unidos e Canadá não apoiaram. E o assunto está parado. Vamos tentar uma nova rodada de conversas, mas é um trabalho longo — afirma Juliana, acrescentando que o assunto está na agenda da Senacon para este ano. — Esta é uma preocupação do Ministério da Justiça.

Segundo o advogado Rogério Beze, professor de direito do consumidor, apesar da tendência favorável dos juizados, antes de fazer compras no exterior, especialmente de produtos eletroeletrônicos, o brasileiro deve levar em conta o risco de enfrentar uma verdadeira peregrinação judicial, caso necessite de assistência técnica por aqui.

— Não creio que seja possível comprar tranquilamente. É fundamental observar se a garantia mundial está expressa no contrato de compra. Há empresas que oferecem esse recurso e orientam o consumidor a enviar o produto pelo correio, caso precise de assistência técnica. Mas ainda são poucos casos. E os acordos entre fornecedores e clientes são difíceis. Acho que há uma barreira operacional por parte das empresas que, no Brasil, negam a assistência técnica dentro da garantia para produtos da marca comprados lá fora — diz Beze.

O especialista defende ainda que o consumidor, com frequência, é levado a acreditar, por meio da propaganda, que as marcas pertencem a um único grupo empresarial.

— Há casos, por exemplo, em que um mesmo garoto-propaganda é usado para divulgar a marca em vários países. Caso de atores e jogadores de futebol — ressalta Beze.

Decisão do STJ abriu caminho

O STJ já havia anunciado, nos anos 1990, decisão semelhante contra a fabricante de eletrônicos Panasonic. No despacho, a 4ª Turma do STJ diz que “se as empresas se beneficiam de marcas mundialmente conhecidas, devem responder também pelas deficiências dos produtos, não sendo razoável destinar ao consumidor as consequências negativas dos negócios envolvidos e defeituosos”.

Por três votos a dois, o advogado paulista Plínio Gustavo Prado Garcia ganhou a ação que movia contra a Panasonic. A empresa recusou o conserto de uma máquina filmadora da marca por ter sido adquirida em Miami, nos Estados Unidos, em julho de 1991. A unidade brasileira alegava que o certificado de garantia, válido por um ano, estaria limitado ao território americano.

Com base no CDC, o advogado entrou com uma ação de indenização no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Nela afirmava que a garantia contra defeitos de fabricação é do produto e não estaria vinculada ao território onde tenha sido fabricado ou vendido. O TJ-SP negou o pedido porque entendeu que a Panasonic brasileira não estava obrigada a garantir mercadoria produzida e comercializada pela matriz ou filiais no exterior. No entanto, o STJ acolheu a argumentação de Garcia de que a Panasonic do Brasil deveria se responsabilizar pelo defeito do equipamento porque integra a multinacional com sede em Osaka, no Japão. Além disso, o advogado destacou que a empresa fabrica produtos da mesma marca e colabora indiretamente com a venda deles em outros países.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/produtos-de-marcas-globais-devem-ter-garantia-mundial-7861930>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Internacional

Bolívia cogita deixar Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Da Telesur

18/03/2013 - 20h06

Brasília - O presidente da Bolívia, Evo Morales, disse hoje (18) que está avaliando a possibilidade de retirar o país da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), segundo ele, porque o organismo não segue seus próprios princípios em defesa dos direitos humanos.

"Estou pensando seriamente em nos retirarmos da CIDH," disse o presidente boliviano, em uma conferência à imprensa no palácio do governo. Ele acrescentou que vê a CIDH como outra base militar dos Estados Unidos, "insinuam, julgam os países e com o que contribuem?".

No sábado (16), o presidente equatoriano, Rafael Correa, sugeriu novamente a necessidade de uma reforma das organizações regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), e da CIDH, porque, de acordo com ele, são organismos dominados por nações hegemônicas.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-18/bolivia-cogita-deixar-comissao-interamericana-de-direitos-humanos>

Argentina

CLARIN

<http://www.ieco.clarin.com>

Economia

LA NEGOCIACIÓN POR EL ACUERDO AUTOMOTOR QUE VENCE EN 2014

Las autopartes, en el medio de la pelea con Brasil por los autos

Subieron los costos en la Argentina y ya son 50% más caras que en el país vecino.

Por LUIS CEROTTO - lcerotto@clarin.com

A principios de este mes, sobre Punta del Este aun caía un sol radiante, pero un puñado de empresarios argentinos y brasileños optaron por encerrarse en el salón de un hotel para hablar de

negocios. "Lo que se escuchó allí daba miedo: la forja y fundición de piezas en la Argentina ya es 50% más cara que en Brasil.

No te estoy hablando del precio, te hablo de lo que cuesta producirlas", graficó un empresario autopartista.

La excusa del encuentro, el 7 de marzo, era la renovación de las autoridades de Mercoparts, una mesa donde se sientan las autopartistas de Brasil, Argentina y Uruguay junto a las terminales automotrices. Pero de ese encuentro, los empresarios tomaron nota de dos datos puntuales: tanto brasileños como argentinos están preocupados por la pérdida de competitividad, que favorece a las importaciones de extrazona, que en 2012 se tradujo en importaciones de autopartes por US\$ 37.000 millones.

Y esa situación común es, a la vez, la causa de la principal fricción para que los dos socios principales del Mercosur puedan lograr un nuevo entendimiento para renovar la Política Automotriz Común (PAC). Ese acuerdo vence en julio de 2014.

"Para renovar el acuerdo bilateral hay un reclamo argentino para que Brasil otorgue a las autopartes locales el mismo sistema de preferencias impositivo que da a sus piezas", analizó Dante Sica, ex secretario de Industria y titular de Abeceb.com. "Si el Gobierno argentino lo logra, se abrirá el campo en igualdad de condiciones con Brasil para recibir inversiones. Claro que además se necesita que haya inversores".

Desde mediados de 2012, Brasil ya está avanzando con su propia iniciativa para atacar la cuestión: el plan Inova Automotriz, que premia con rebajas en el impuesto a la producción (IPI) a las terminales automotrices que presenten planes productivos con autopiezas brasileñas, además de otras iniciativas como planes de investigación y desarrollo. Desde el momento en que el plan fue lanzado, hace nueve meses, la ministra de Industria Débora Giorgi reclamó a su par brasileño Fernando Pimentel que esa ventaja impositiva se extienda a las autopartes argentinas.

Hasta el momento, el Gobierno argentino sólo obtuvo promesas verbales por parte de Brasil. La última se escuchó hace una semana, en Punta del Este. "Se contempló que (en el plan Innovar) se incluyan piezas de la región", dijo Heloisa Menezes, Secretaria de Desarrollo de la Producción de Dilma Rousseff. Los empresarios locales la escucharon con escepticismo. "Cada vez que les pedimos que incluyan autopartes argentinas dentro del Plan Inova, responden que hay que esperar, porque el plan aun no fue reglamentado", dijo una fuente del sector. "Pero en el interín ya aprobaron 30 proyectos de sus empresas", agregó.

Fonte: http://www.ieco.clarin.com/mercados/autopartes-medio-pelea-Brasil-autos_0_885511511.html

PÁGINA/12

<http://www.pagina12.com.ar>

Sociedad

LA ARGENTINA SEGUIRA PARTICIPANDO DE LA EVALUACION EDUCATIVA, PERO RECLAMA APLICAR "CRITERIOS REGIONALES"

Un apoyo crítico a las pruebas PISA

Los ministros de Educación del Mercosur confirmaron que, aunque seguirán participando de las pruebas internacionales PISA, de evaluación educativa, los países de la región trabajarán para imponer "criterios regionales" que permitan "discutir la calidad como una medida social". Así lo explicó el ministro de Educación de la Nación, Alberto Sileoni, quien junto con sus pares de Uruguay, Bolivia, Brasil y un representante de Ecuador firmó un documento de acuerdos básicos para "la generación de criterios regionales de evaluación".

Presidido por Sileoni, el Seminario Mercosur "Políticas de Evaluación Educativa en la Región" reunió a sus pares de Uruguay, Ricardo Ehrlich; de Bolivia, Roberto Aguilar Gómez; el viceministro de Brasil, José Henrique Paim Fernandes; y el director del Instituto Nacional de Evaluación Educativa de Ecuador, Harvey Spencer Sánchez Restrepo. En el encuentro, que se llevó adelante en el Centro Cultural para la Memoria Haroldo Conti, también se realizó la XLIX Asamblea del Consejo Federal de Educación, de la que participaron los ministros de Educación de todas las provincias.

Los ministros del Mercosur, explicó Sileoni, debatieron sobre la evaluación educativa "como una rendición de cuentas públicas", de la cual los países de la región tienen una "necesidad absoluta" porque "es un instrumento indispensable para la toma de decisiones". Tanto la Argentina como los países de la región que lo venían haciendo ratificaron que continuarán participando de las evaluaciones PISA (a excepción de Bolivia, que no lo hace), aunque coincidieron en señalar que los rankings internacionales enmascaran más de lo que revelan. "Los rankings no dan cuenta de los avances, nos impiden ver los puntos de partida, instalan la calidad educativa siempre desde la carencia, desde lo que falta", señaló Sileoni, quien agregó que "a veces se compara lo incomparable".

“Encarar la complejidad de los procesos evaluativos como meros rankings no es razonable”, señaló por su parte el ministro uruguayo Ehrlich, quien también considera que las “evaluaciones no son los juegos olímpicos” sino que deben servir para “saber cómo vamos y, fundamentalmente, como proceden los docentes con sus alumnos”.

El brasileño Paim Fernández explicó que en su país el “alto grado de descentralización” obliga a manejar “un modelo estadístico robusto y consistente”, y que desde 2005 el Índice de Evaluación de la Educación Básica “permite planificar y destinar en forma directa los recursos, brindando apoyo a los estados y municipios que más lo necesitan”.

Por su parte, el boliviano Aguilar Gómez señaló “la necesidad de identificar en qué aspectos podemos avanzar juntos en la región en procesos de evaluación conjunta”.

La declaración final del seminario establece que una evaluación regional de calidad educativa debe “cumplir una función orientadora, explicativa, motivadora y convocar a la reflexión, al análisis situado y la planificación de mejoras”. También, “promover el análisis contextualizado de los elementos” que componen la región; sumar a la revisión de los contenidos de las disciplinas tradicionales “otros aprendizajes considerados de interés para la región, como educación en valores, educación para la ciudadanía, la convivencia, el fortalecimiento del sentido de pertenencia latinoamericana”. En esa dinámica, señala la declaración, la evaluación regional debe “converger con las diversas estrategias de las evaluaciones nacionales”.

El documento subraya la necesidad de “una lectura contextualizada de los avances, dificultades y desafíos pendientes”, algo para lo cual los Estados deben “contar con información relevante” para determinar “si las instituciones educativas de la región son ‘buenas escuelas’, si la enseñanza y el aprendizaje se desarrollan de manera efectiva y cuáles son las estrategias más pertinentes para fortalecer y mejorar la tarea en la aulas”. Los ministros acordaron en la necesidad de “evaluar otra gama de aprendizajes y aspectos de funcionamiento de nuestros sistemas educativos”, en particular de “otras dimensiones” y “características” que “den cuenta de las distintas identidades culturales y de los procesos de política educativa vigentes en cada región o país”.

Para que una evaluación sea ajustada, señalaron los responsables de educación, también debe tener en cuenta qué hacen los países por “la inclusión educativa de una población heterogénea y de un mayor número de niños, niñas y jóvenes”. Del mismo modo, “el análisis de la calidad educativa no puede ignorar los efectos que la educación tiene en el desarrollo de actitudes democráticas y de respeto por el otro, en la promoción de la conciencia crítica y de la participación social y política”. Por ello, indica el documento, la evaluación debe “convertirse en herramienta

para la mejora de los aprendizajes, de las instituciones y de las políticas para la ampliación de oportunidades educativas”.

Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-216086-2013-03-19.html>

Mundo

WASHINGTON NIEGA ESTAR DETRAS DE UN PLAN PARA DESESTABILIZAR VENEZUELA ATACANDO A CAPRILES

EE.UU. rechazó la acusación de Maduro

El mandatario encargado de Venezuela y aspirante presidencial, Nicolás Maduro, aseguró ayer que el gobierno va a evitar que se haga “cualquier locura” contra el candidato de la oposición, Henrique Capriles, e insistió en sus denuncias sobre supuestos planes de sectores de la ultraderecha de Estados Unidos. Durante la jornada, el gobierno norteamericano rechazó “categóricamente” que funcionarios de dos de sus organismos planeen asesinar al líder opositor. En medio de las declaraciones cruzadas entre el gobierno venezolano y el de Estados Unidos, Capriles acusó ayer a Maduro de ser el candidato de La Habana y dijo que de ganar los comicios presidenciales no enviará “ni una sola gota de petróleo” para financiar al gobierno cubano.

“Sabe ese candidato que tiene todas las garantías para hacer su campaña en libertad y que nosotros vamos a evitar cualquier locura contra él. Así lo garantizamos, pero pido conciencia y apoyo de todo el pueblo de Venezuela porque esta gente hace cálculos macabros”, indicó el mandatario encargado en un acto de organización de campaña. Maduro, candidato del oficialismo para las elecciones del 14 de abril, indicó que Capriles será protegido a través del Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional (Sebin), pero volvió a acusar a los ex embajadores estadounidenses Otto Reich y Roger Noriega de querer “hacerle algo” al candidato de la derecha para generar un escenario de violencia. “Lo he dicho con responsabilidad. Le he dicho al presidente Barack Obama, de los Estados Unidos, que hay factores en el Pentágono y la CIA... Si hiciera una investigación mínima verá que es así. Estoy diciendo la verdad absoluta porque tenemos los testimonios y la información directa de primera mano”, insistió Maduro.

Por su parte, el gobierno de Estados Unidos rechazó ayer las afirmaciones de Maduro. Lo hizo a través de la portavoz del Departamento de Estado, Victoria Nuland, quien tildó la acusación de “absurda” y desafió al candidato del oficialismo a presentar las “pruebas” que afirma tener. “Estados Unidos rechaza categóricamente las acusaciones de cualquier participación en cualquier trama para desestabilizar o dañar a nadie en Venezuela”, manifestó Nuland en su conferencia de

prensa diaria. La vocera del Departamento de Estado agregó que, hasta donde ella sabía, el gobierno de Venezuela no transmitió ningún mensaje o petición formal al respecto a las autoridades de Estados Unidos.

En este contexto, Capriles tomó la palabra durante un acto político en el estado de Zulia. Allí dijo que Maduro es “el candidato de (el presidente cubano) Raúl Castro” y aseguró que el gobierno de La Habana sólo utiliza a los venezolanos y sus recursos para mantenerse en el poder. “Se va a acabar la regaladera a otros países. No va a ir ni una sola gota de petróleo más para financiar al gobierno de los Castro”, añadió.

El domingo, en el programa de televisión del ex vicepresidente José Vicente Rangel, Maduro aseguró que tenía “información de muy buena fuente” según la cual funcionarios del Pentágono y la CIA estadounidenses “están detrás de un plan” para asesinar a Capriles. “Le hago un llamado al presidente Barack Obama desde aquí, al gobierno de los Estados Unidos responsablemente”, dijo Maduro durante la entrevista. En esa ocasión, el candidato oficialista a la presidencia implicó en su acusación a Noriega y a Reich. “Niego categóricamente esta acusación absurda y desafío a Maduro para que presente las ‘pruebas’ que afirma tener”, escribió Reich el domingo en su cuenta de la red social Twitter y atribuyó esa “mentira maliciosa” a “una estrategia cubana dictada” al presidente interino. “Estos cargos están tan alejados de la realidad que bien puede ser una cortina de humo detrás de la cual el gobierno venezolano esté planeando eliminar a Capriles”, agregó Reich. En tanto, Noriega consideró que es “una acusación idiota”.

Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-216072-2013-03-19.html>

TÉLAM

<http://www.telam.com.ar>

Mundo

18.03.2013 - 23:39

Amplia ventaja de Maduro en la intención de voto para las elecciones

El mandatario interino de Venezuela, Nicolás Maduro, aventaja al líder opositor, Henrique Capriles Radonski, por 49,2 a 34,8 por ciento, en materia de intención de voto para las elecciones presidenciales del 14 de abril próximo, según una encuesta privada.

El sondeo fue elaborado entre el lunes y el miércoles pasados por Datanálisis y el resultado fue difundido hoy por la oficina local del banco Barclays, según reportó la agencia noticiosa italiana ANSA.

Aunque hay otros cinco postulantes inscriptos, Maduro y Capriles son los candidatos excluyentes para los comicios en que los venezolanos escogerán al sucesor de Hugo Chávez, fallecido el 5 de este mes.

Chávez fue reelecto por última vez el 7 de octubre pasado, con 55,07 por ciento de los votos contra 44,31 por ciento de Capriles.

Fonte: <http://www.telam.com.ar/notas/201303/10755-amplia-ventaja-de-maduro-en-la-intencion-de-voto-para-las-elecciones.html>

Maduro y Capriles siguen cruzándose en plena campaña

18.03.2013 - 20:30

"Nos declaramos apóstoles de Hugo Chávez, los apóstoles de la causa del comandante; vamos a cuidar su legado, a nuestro pueblo, nos vamos a convertir en los protectores de los necesitados", dijo Nicolás Maduro en un acto proselitista en Caracas.

"Que se olviden ellos de que vamos a olvidar a Chávez, cada vez lo tenemos más presente; esta campaña electoral será para afirmar el camino de la patria" porque "el nuestro es el proyecto del pueblo contra el de la antipatria", subrayó el presidente interino, según reportaron las agencias de noticias AVN, ANSA, DPA y EFE.

En tanto, Henrique Capriles Radonski sostuvo que "Nicolás sabe que él no tiene la posibilidad de sacar este país adelante, nunca ha sido electo a nada; Nicolás sabe que él no va a solucionar ningún problema" porque "es pura paja".

"Todos sabemos que este modelo es inviable y este modelo inviable lo hacía viable el liderazgo de una persona que ya no está con nosotros", afirmó Capriles en Maracaibo, capital del estado Zulia.

Aunque hay otros cinco postulantes inscriptos, Maduro y Capriles son los candidatos excluyentes para las elecciones del 14 de abril, en las que los venezolanos deberán escoger al sucesor de Chávez, quien falleció el 5 de este mes.

Fonte: <http://www.telam.com.ar/notas/201303/10751-maduro-y-capriles-siguen-cruzandose-en-plena-campana.html>

Paraguai

ABC

<http://www.abc.com.py>

Política

Severas críticas a Mujica por respaldar suspensión paraguaya

El expresidente del Uruguay Julio María Sanguinetti, en un artículo en el diario El País de Montevideo, titulado "Democracias degradadas", cuestionó la conducta del actual mandatario José Mujica, "luego del increíble atentado internacional cometido con el Paraguay, al que se marginó del Mercosur" pese a que la sustitución de Lugo fue constitucional.

Sanguinetti expresó, en un artículo de opinión divulgado este domingo, una fuerte crítica a la conducta del Frente Amplio liderado por el presidente José Mujica, "ante la embestida en nombre de unos derechos humanos que se dicen defender cuando se están violando groseramente". Señaló que el propio mandatario reconoció que "la política está por encima del derecho".

El expresidente uruguayo dijo que "la insólita afirmación", luego del increíble atentado internacional cometido con el Paraguay, al que se marginó del Mercosur pese a que la sustitución del expresidente Fernando Lugo se hizo conforme a la Constitución, "que en boca de cualquier otro gobernante de cualquier tiempo hubiera producido una tormenta, allí quedó, flotando en el aire, como una más de sus tantas ocurrencias".

Agregó que el "desaguisado" con Paraguay ha adquirido ahora aún mayor relieve con la sucesión del fallecido presidente de Venezuela, Hugo Chávez.

No es la primera vez que el exjefe de Estado del Uruguay se manifiesta sobre el Paraguay. En junio pasado, tras la suspensión de nuestro país en la Unasur (Unión de Naciones Suramericanas) dijo que es "triste" la situación que se vive en Paraguay y rechazó lo que calificó como "intervencionismo" de los países del bloque "contrario a todas las tradiciones y normas de América Latina", afirmó.

En esa ocasión Sanguinetti afirmó, además, que los países del Mercosur (Argentina, Brasil y Uruguay) “no tienen derecho a desconocer” al nuevo Gobierno paraguayo, “ni reclamar elecciones anticipadas”.

El exmandatario, líder histórico del Partido Colorado aseguró que la destitución del Lugo “no configura un golpe militar” sino “un episodio cívico institucional.”

Dijo que, quienes acusaron y definieron la situación de Lugo son diputados y senadores electos por el pueblo paraguayo.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/severas-criticas-a-mujica-por-respaldar-suspension-paraguaya-550966.html>

Rubín exigirá a Argentina y al Brasil pago por genocidio

Exigir al Brasil, Argentina y Uruguay el resarcimiento por el genocidio cometido contra el pueblo paraguayo en la Guerra de la Triple Alianza, así como reclamar a los dos primeros la entrega de Itaipú y Yacyretá, son tareas que promete llevar a cabo Hugo Rubín, candidato a diputado encuentrista, si llega al Congreso.

El candidato señaló que es realista, que las exigencias que planteará y la reparación histórica a nuestro país son un objetivo a largo plazo. Dijo que por esta propuesta ya algunos lo trataron de loco, pero que considera que es posible de plantear. Sostuvo como ejemplo a Panamá, que logró recuperar el canal de manos de los Estados Unidos. “Brasil y Argentina tienen que cedernos el 100% de Itaipú y Yacyretá, porque tienen que empezar a pagar el genocidio que cometieron en la Triple Alianza, por el territorio que nos sacaron, por todas las riquezas que nos despojaron. No solamente nos mataron y nos sacaron territorio, sino nos robaron las riquezas que teníamos”, expresó.

Agregó que las hidroeléctricas se construyeron en territorio paraguayo y que ya son muchos años que Brasil y Argentina se benefician de ellas, por lo que la devolución debe ser sin deuda para nuestro país.

En el caso de Uruguay, Rubín dijo que este país “debe resarcirnos también por la traición en la Triple Alianza”, cediendo al Paraguay “un territorio soberano en el mar”.

Destacó que en el Congreso piensa integrar la comisión de Relaciones Exteriores para comenzar a trabajar en esta reivindicación, que sin embargo, debe ser un tema impulsado desde el Poder Ejecutivo.

Otra de las iniciativas del postulante encuenrista es plantear un proyecto de ley para endurecer las penas “a los criminales reincidentes y peligrosos”.

Aclaró que está en contra de la pena de muerte, pero sí a favor de la “acumulación de penas” como se hace en otros países, como en Europa, según indicó. Aquellos que violan, matan y roban –por ejemplo– deben recibir penas sumativas de 20 años por cada delito, explicó. Rubín aparece en los primeros lugares en las preferencias en la encuesta de First Análisis para Central.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/rubin-exigira-a-argentina-y-al-brasil-pago-por-genocidio-550909.html>

Morales y Ramírez, con Misión de UE

El presidente del Tribunal Superior de Justicia Electoral (TSJE), Alberto Ramírez Zambonini, y el ministro Juan Manuel Morales volvieron a mostrarse juntos luego de varias semanas de evitarse en actos oficiales. Ambos magistrados recibieron ayer a miembros de la Misión Electoral de la Unión Europea (UE), liderada por la parlamentaria europea Renate Weber. Esta reiteró que la misión del bloque es técnica y que analizan todo el proceso electoral.

Agregó que el equipo de observadores está preparado para iniciar las tareas, ya que el fin de semana pasado fue capacitado sobre el marco legal en materia electoral que rige en nuestro país. “La delegación estará conformada por 110 técnicos electorales el día de los comicios. Su permanencia en territorio nacional durará del 5 de marzo al 16 de mayo, fecha posterior al juzgamiento definitivo de las actas de resultados de las votaciones”, dijo Weber.

Recordó que esta es la primera vez que la Unión Europea envía una Misión de observación a pedido de la Justicia Electoral. El bloque tiene un presupuesto de 2,8 millones de euros para la tarea de observación del proceso electoral.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/morales-y-ramirez-con-mision-de-ue-550923.html>

ANR tendrá mayoría en Congreso, dice candidato

El Partido Colorado logrará “el triunfo más contundente de los últimos 20 años” en las elecciones del 21 de abril próximo y tendrá mayoría propia en ambas cámaras del Congreso, pronosticó Mario Abdo Benítez, candidato al Senado, durante una reunión proselitista.

Además de la mayoría en el Congreso, la ANR ganará “en casi todas las gobernaciones”, agregó Abdo Benítez, durante un encuentro político mantenido en Carapeguá.

El político sostuvo que “la unidad de todos los sectores del coloradismo” y la esperanza de la gente en la ANR son las razones que harán posible “el histórico triunfo” de los colorados, según su visión. La tendencia a favor del presidenciable colorado, el empresario Horacio Cartes, marcada en algunas encuestas, hace que la dirigencia colorada respire un aire triunfalista en el actual proceso electoral. Sin embargo, los mismos sondeos indican que la ANR no mejoraría mucho en cuanto a la cantidad de representantes que tiene actualmente en el Senado y Diputados. En la Cámara Alta, varios intentarán la reelección, como el caso de “Calé” Galaverna, que espera hacer el sexto periodo consecutivo. En cuanto a gobernaciones, los pronósticos son favorables al Partido Colorado, pero seguido muy de cerca por los liberales.

Gobierno revolucionario

Abdo Benítez, hijo de Mario Abdo Benítez, quien fue secretario privado del dictador Alfredo Stroessner, anunció que Cartes, de triunfar en abril próximo, “va a hacer una presidencia revolucionaria”, porque luchará contra “los flagelos que azotan a la sociedad y que han impedido por mucho tiempo el progreso del país”. Afirmó que los colorados mostrarán honestidad, patriotismo y decencia en el gobierno, para mostrar que estos valores no están en extinción en la política paraguaya. Los colorados cayeron del poder en el 2008 luego de 61 años.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/anr-tendra-mayoria-en-congreso-dice-candidato-550927.html>

Economía

Tribunal revoca un amparo otorgado a la firma Unilever

El Tribunal de Apelación Penal de la Adolescencia revocó ayer el amparo constitucional promovido por la transnacional Unilever, otorgado por la jueza Edith Coronel Alen, contra otra medida anterior, de igual jerarquía, que obligaba a Aduanas a cumplir, en forma irrestricta, la Ley 4397/11, que prohíbe el uso del tripolifosfato de sodio en jabones y detergentes.

Cabe recordar que el juez Penal de Garantías N° 10 dictó en noviembre pasado la sentencia definitiva N° 69/12 (firme y ejecutoriada), obligando a la Aduana a cumplir, de manera irrestricta, la Ley 4397/11, que prohíbe el uso del tripolifosfato de sodio en productos domisanitarios como jabones y detergentes, y que exija la presentación de certificados locales y del país de origen de las mercaderías importadas.

A pesar de esta decisión, la jueza Edith Coronel Alen, en una sentencia similar posterior, ordenó a la Aduana “dar trámites” a los despachos de importación de todos los productos domisanitarios importados por la multinacional, y calificó de “arbitraria” la medida anterior.

Al respecto, el Tribunal conformado por las doctoras Irma Alfonso de Bogarín (preopinante), Clara Estigarribia Mallada y Mirta Beatriz González de Caballero, argumenta, entre otras cosas, que una “exigencia inexcusable” para la procedencia de un amparo es la acción u omisión “manifiestamente ilegítimos”, y que la Aduana solo ha cumplido una orden judicial anterior.

Señala que la resolución judicial acatada por la Aduana enumera con “claridad y precisión” la documentación que deberá ser exigida a los importadores, no dando lugar a ningún tipo de interpretación, y tampoco se le puede atribuir, “bajo ningún punto de vista”, la comisión de un “acto manifiestamente arbitrario”. “Muy por el contrario, el cumplimiento de la orden judicial convierte al acto en manifiestamente legítimo”, destaca.

El cuerpo judicial agrega que, en concordancia con este postulado, el Art. 134 de la Constitución Nacional establece que “el amparo no podrá promoverse en la tramitación de causas judiciales ni contra actos de órganos judiciales...”. Añade que una “interpretación armónica” de la Carta Magna indica que los actos de los órganos judiciales, que pasaron en “autoridad de cosa juzgada”, gozan de presunción de legitimidad, “por lo que resulta improcedente atacarlos por la vía del amparo”.

La disyuntiva

En cuanto a la interpretación dada por los abogados de Unilever, de que la firma está habilitada a presentar, de manera indistinta, certificados locales “o” del país de origen de los productos –lo cual contradice la sentencia del juez Ayala Brun–, el Tribunal enfatiza que al inicio la Ley 4397/11 distingue entre “producción” (local) e “importación”. Luego dispone que se exigirán certificados exigidos por la SEAM o entidad equivalente del país de origen. “Parece suficientemente claro que cuando se trata de producción (local), lo que corresponde aportar es el certificado de la SEAM, pero cuando se trata de importación, lo procedente es el certificado del país de origen. Lo mismo sucede con el certificado del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social. Producción e importación no pueden mezclarse o confundirse, y frente a dos hipótesis distintas, es razonable pensar en dos resultados también diferentes”, subraya.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/tribunal-revoca-un-amparo-otorgado-a-la-firma-unilever-550941.html>

Opinião

La exclusión del guaraní

Por Jorge Rubiani

Colonizar significa substituir un saber por otro distinto. Se trata de un procedimiento que a veces dura siglos y determina el reemplazo de conocimientos, modos de vida, ciencia o cultura y se consolida en la supremacía de unos sobre otros. Naciones o imperios dominantes unos, frente a otros despojados de todo, o de casi todo, cuando que el operativo de dominio se asienta en el propio territorio de los pueblos sojuzgados. Para el efecto, estos habrán sufrido largos períodos de sangre y desolación, atropellos y menoscabos que empezaron con el desprecio a sus creencias, continuaron con el olvido de su cultura original y terminaron con sus saberes ancestrales. Finalmente sin nada y sin orgullo, sin sentido de pertenencia o dignidad, sumisos y dóciles, estos pueblos acaban aceptando y adoptando lo que se les imponga.

Si alguien piensa que me refiero al Paraguay, SE EQUIVOCA ROTUNDAMENTE. No fue así -al menos- en el principio. Porque a pesar de que los paraguayos sufrimos atropellos parecidos a los mencionados, es sabido que en el origen y más que civilizar a nuestros guaraníes, los europeos terminaron GUARANIZADOS por ellos; adoptando sus conocimientos, alimentos, ciencia y sobre todo, su lengua. Y la polea de transmisión de aquel fenómeno inédito en América fue el reinado de la mujer indígena en los enclaves pioneros. Las que, a falta de extranjeras, hicieron que en aquellos hogares nutridos de niños, la leche materna fuera matizada con el trinar del idioma guaraní.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

“¡IDIOMA, señores!.. no dialecto!”, como bramaba apasionado el Dr. Reynaldo Decoud Larrosa frente a los que tuvimos el privilegio de ser sus alumnos en el Colegio Nacional. Y junto a la lengua ancestral, se sumaron a esta vigente herencia: la elocuencia y la valentía. Atributos de los paraguayos de antes y de los jefes guaraníes de aún más antes, quienes se expresaban con tal calidad oral -según nos explicaba el maestro Decoud- que le daban ritmo de poesía a sus expresiones.

Debido al uso y difusión de la lengua guaraní por los jesuitas a partir de sus primeras reducciones (1610), el gobernador Juan de Blázquez de Valverde (1656/1659) otorgó al idioma una categoría real, convocando durante su mandato a una Junta de 10 Teólogos, “los más versados en la lengua guaraní”, para aclarar y recomendar detalles sobre su uso. El guaraní era entonces incluido, no excluido.

En las postrimerías de la colonia, nadie hablaba castellano en el Paraguay. Lo expresa el jesuita José Cardiel en un libro que vio la luz -por primera vez- en 1780, apuntando que los extranjeros “tenían que hablar guaraní”, para comunicarse con los paraguayos. Era el guaraní viviente que hoy pretendemos olvidar.

El padre Bartomeu Melià desentrañó el procedimiento de los cabildos en los pueblos originarios del período colonial, cuando sus autoridades indígenas escribían sus peticiones al rey, ien guaraní! y que el poder administrador de entonces, agregaba a la petición una respetuosa providencia: “Tradúzcase al español y junto al documento original, sea remitido a SM”. Más inclusión del guaraní.

José Gervasio Artigas, San Martín, Pedro I y Bartolomé Mitre, entre los mandatarios extranjeros de la región, hablaban guaraní. Este último aparece como autor de un artículo (“Ayerecó Quahá Catú”/Una Provincia guaraní - sic), en una bibliografía publicada en 1930, por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

El Mcal. Francisco Solano López no ocultaba su molestia frente a los extranjeros que no usaban el idioma nativo. De hecho, hizo que los oficiales de mayor conocimiento en el guaraní se reunieran en los campamentos para consensuar una grafía común cuando aparecieron los históricos diarios nacionales en medio del conflicto con la Triple Alianza.

El radiotelegrafista Albino Ortiz Ramírez, recientemente fallecido, manifestaba que uno de los recursos más valiosos para las comunicaciones militares durante la Guerra del Chaco fue el uso de la lengua autóctona en vez de los mensajes cifrados.

Estas voces eran susurradas también en la penumbra de los trincheras, usadas para el consuelo de los heridos y en las apelaciones que dieran estímulo y valor a los soldados en los combates.

Hasta 1848, la mayoría del pueblo paraguayo conservaba sus apellidos guaraníes. Hasta que un decreto del Presidente Carlos A. López declaró ciudadanos "a los antiguos habitantes de los pueblos originarios". La medida hizo que la mayoría cambiara sus antiguos y sonoros nombres por el de apellidos españoles.

Ya en este siglo XXI, la Universidad de Buenos Aires hizo estudios basados en 12.000 ADNs de ciudadanos argentinos, revelándose que el 56% de ellos descende de indígenas; la mayoría de ellos guaraníes.

De manera que si un exponente del enorme contingente de compatriotas con un apellido hispano pegado al de un inmigrante italiano cree que puede menospreciar la lengua madre, solo manifiesta una soberbia que indigna y desnuda la mentalidad colonizada que es impuesta a los ignorantes. Por Ministro que sea...

De: "CANTO SECULAR"

Eloy Fariña Núñez

(Fragmento del poema escrito con motivo del 1er. Centenario de la Independencia Nacional)

.....*

Cuidemos con amor la lengua madre,
El guaraní rudimentario y dulce,
Formado de susurros de la selva,
De cantos de aves, de rumor de fuente.
Lenguaje pintoresco y primitivo,
Contemporáneo de remotas épocas,
En él, el lazo primordial del hombre
Con las obscuras fuentes de la tierra,
Se manifiesta con mayor relieve;
En él, los sentimientos son más hondos,
Las voces del querer son más cordiales
Y las melancolías son más trágicas.
Con la plasticidad característica
De las lenguas primarias y concretas

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Y la armonía imitativa propia
Del monosilabismo balbuciente,
El guaraní murmura, brilla, canta,
Relampaguea, llueve, truena, ríe,
Es el acento mismo de las cosas,
Es la vértebra misma de los seres,
El relieve, la línea, el movimiento
Del universo móvil y tangible.
Alterne su armonía primitiva
Con el culto lenguaje castellano;
Viértase en este el pensamiento nuevo
Que brilla en la pupila de los jóvenes;
Pero déjese al pueblo, que, en su tierra,
Hable la lengua de la raza ausente.

jrubiani@click.com.py

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/opinion/la-exclusion-del-guarani-550839.html>

Venezuela, una elección injusta

Por Andrés Oppenheimer

Cuando el candidato de la oposición venezolana Henrique Capriles Radonski dice que la elección presidencial del 14 de abril será una lucha de “David contra Goliat”, en la cual el candidato del Gobierno contará con una ventaja formidable, no está exagerando.

De hecho, la elección para escoger a un sucesor del fallecido presidente Hugo Chávez será una de las contiendas electorales más desiguales realizadas en cualquier país en los últimos tiempos. Veamos los hechos:

En primer lugar, el presidente encargado y candidato gubernamental Nicolás Maduro ha manipulado la agenda electoral extendiendo las ceremonias póstumas a Chávez durante varias semanas, lo que le da una enorme ventaja propagandística. Maduro se beneficia automáticamente de la deificación de Chávez en los medios controlados por el Estado, y también usa los actos en memoria del expresidente como plataformas para hacer discursos de campaña transmitidos a todo el país.

En segundo lugar, Maduro ha gozado de mucho más tiempo que Capriles para organizar su maquinaria electoral. Comenzó a preparar su campaña casi dos meses antes, mientras engañaba al país diciendo que la salud de Chávez estaba en franca mejoría, y que, por lo tanto, no haría falta realizar elecciones.

Hasta poco antes de anunciar la muerte de Chávez, Maduro seguía diciendo que el difunto presidente estaba en plena recuperación, y que Chávez incluso presidía reuniones de gabinete desde su lecho de enfermo en Cuba. Cuando algún periodista ponía en duda estas afirmaciones, Maduro lo acusaba de ser un “lacayo del imperio”.

En tercer lugar, Maduro tendrá una ventaja de más de 10 a 1 en el tiempo de propaganda asignada a cada candidato en la televisión.

El candidato de oposición solo tendrá derecho a cuatro minutos diarios de avisos pagos por canal de televisión. Maduro, en cambio, podrá usar esos mismos 4 minutos, además de 10 minutos adicionales diarios de publicidad institucional reservada para el Gobierno, sumado a las “cadenas” de televisión que realiza constantemente en su calidad de presidente. Si contamos todo esto, la ventaja de Maduro en tiempo televisivo será más cercana al 100 a 1.

En cuarto lugar, hasta el momento de escribirse estas líneas, el Gobierno no ha accedido al pedido de Capriles de realizar un debate público, televisado, entre los dos candidatos.

En quinto lugar, el Gobierno no ha dado tiempo para que se revisen los padrones de votantes registrados.

Venezuela tiene un número inusualmente alto de votantes registrados –casi 19 millones en un país de 29 millones de habitantes–, lo que hace que muchos opositores sospechen que funcionarios cubanos que están oficialmente a cargo del sistema de identificación nacional de Venezuela hayan dado más de una tarjeta de votante a los empleados públicos partidarios del Gobierno.

En sexto lugar, la intimidación gubernamental es abierta. El ministro de Defensa de Venezuela, Diego Molero, cuyas fuerzas armadas estarán a cargo de proteger los lugares de votación el día de las elecciones, dijo en una ceremonia pública el 7 de marzo que la Fuerza Armada Nacional Bolivariana de Venezuela es “revolucionaria, antiimperialista, socialista y chavista”. Eso va a mantener alejados de las urnas a muchos opositores, especialmente en zonas rurales donde el ejército prácticamente controla la votación.

Además, muchos venezolanos creen que las máquinas biométricas instaladas en los lugares de votación son capaces de identificar a los votantes opositores. Aunque eso difícilmente sea cierto, el Gobierno alienta esos rumores para intimidar a los opositores, según la oposición.

En séptimo lugar, el Gobierno no permitirá observadores internacionales en esta elección, como las misiones electorales de la Unión Europea o de la Organización de Estados Americanos. En cambio, solo permitirá una "misión de acompañamiento" electoral de Unasur, el grupo regional sudamericano que Chávez contribuyó a crear, y que ha servido de foro regional para sus iniciativas.

Hay una gran diferencia entre observadores y "acompañantes" electorales. Mientras los primeros hacen una evaluación sistemática de todo el proceso electoral –incluido el acceso a los medios– desde varios meses antes de una elección, los segundos llegan al país unos pocos días antes, y solo observan el acto electoral.

En octavo lugar, las autoridades electorales venezolanas, como todo el sistema de justicia, son una broma. El Consejo Nacional Electoral y el Tribunal Supremo están a cargo de chavistas. Y la procuradora general de Venezuela es la mujer de Maduro.

Mi opinión: Las elecciones del 14 de abril serán una contienda de David versus Goliat, pero con David subiéndose al ring con las manos atadas.

Por supuesto que Capriles tiene que presentarse, y dar la batalla, porque no hacerlo sería un desastre para la oposición: dismantelaría su aparato electoral y le cedería todo el terreno al Gobierno.

Pero si Maduro gana, como es probable, sería absurdo que el mundo juzgue el resultado de estas elecciones como una prueba de que el chavismo es inmensamente popular en Venezuela.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/opinion/venezuela-una-eleccion-injusta-550905.html>

El Mercosur congelado

Por Luis Enrique Chase Plate*

Si el Paraguay decide volver al Mercosur será necesario determinar bajo qué condición lo haría, debido al estado o situación especial en que se halla después del ingreso de Venezuela, sin su aprobación. No es conveniente que el Paraguay acuda presuroso, con las manos tendidas, cuando se lo llame. Para ese momento debería tener fijada una política que garantice su dignidad y soberanía, pisoteada y ultrajada. Ya afirmé en un artículo anterior que el Mercosur se encontraba sin rumbo político, como los buques a la deriva. El propio Presidente del Uruguay se ha referido recientemente a la “agenda externa congelada” del Mercosur y, que “se hace necesaria una discusión del rumbo”, “que es bastante claro que estamos muy trancados”.

El sistema del Mercado Común del Sur, creado por el Tratado de Asunción de 1991, no pasó de ser una simple unión aduanera. A pesar del esfuerzo del Paraguay, en años anteriores, el Mercosur se caracterizó siempre por constituir una asociación de países en donde imperó el egoísmo y una falta total de solidaridad. En la práctica, su forma autocrática de gobierno impuso la voluntad de los dos Estados Partes más grandes, el Brasil y la Argentina, en las toma de decisiones. Y lo más contradictorio, el presidente José Mujica del Uruguay acompañó, como juguete del Río de la Plata, la decisión de la Cumbre de Mendoza que sancionó al Paraguay, en forma ilegal, injusta y arbitraria.

Esta actitud de Mujica quebranta la posición histórica de su propio país, que en Brasilia en 1990 –el expresidente Lacalle Herrera con el excanciller Gros Espiell– intentó transformar un proceso bilateral de integración argentino-brasileño en un sistema multilateral referido al Cono Sur. La integración bilateral argentino-brasileña se inicia en 1985 y se perfecciona mediante el Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo, de 1988 (Alfonsín - Sarney), y otros Protocolos bilaterales, en detrimento del Tratado de Asunción; lo que indica que todas las decisiones tomadas por los órganos del Mercosur son previamente examinadas y aprobadas por los dos Estados Partes más fuertes.

La débil ampliación de los mercados nacionales no aceleró sus procesos de desarrollo económico con justicia social, como pretendía el Tratado de Asunción. Hubo poco respeto a su sistema jurídico, pues un prepotente gendarme de frontera podía más que las resoluciones que se tomaban en el seno del Consejo del Mercado Común, órgano superior de conducción política. No se logró crear entre los cuatro países un espacio sin fronteras interiores. La libre navegación de los ríos y la circulación de personas en los cruces de fronteras siguieron visiblemente restringidas, como en los siglos XIX y XX.

Si el Paraguay determina encaminarse nuevamente al Mercosur, debería exigir, como condición previa para una negociación, el levantamiento o la anulación de la sanción que le ha sido impuesta en Mendoza, como mínimo desagravio. En el Mercosur se ha quebrado en forma manifiesta el

Principio de Legalidad; por eso, hoy se encuentra sin horizonte. Aparece en la sociedad internacional abanderado a una ideología, como una entidad regional poco seria y confiable. Pero no hay que descartar que este Mercosur “congelado” puede ser un propósito deliberado que conduzca a su inanición, para ser reemplazado por la Unasur u otra organización regional que sería dirigida sin el requisito del consenso, por el sistema de mayorías, en donde la voz del Brasil, como potencia mundial, será la rectora.

El Mercosur no superó la etapa puramente comercial en el proceso de integración. Como simple organización intergubernamental, no ha alcanzado a crear una unión estrecha entre los pueblos del Cono Sur, y su estructura burocrática, extremadamente pesada, ha estado demasiado alejada de los ciudadanos. Está muy lejos de haber conseguido en la región un progreso económico y social equilibrado y sostenible, ni ha afirmado su identidad internacional.

El Paraguay, si regresa al Mercosur, debería proponer una reforma de su gigantesco cuadro institucional, incluyendo el Parlamento del Mercosur, que sea menos oneroso y más eficiente, con objetivos más concretos y reales, para el bienestar y el progreso de sus pueblos.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-impresas/opinion/el-mercosur-congelado-550971.html>

LA NACION

Politica

Boccia dice que no revelará los salarios en Itaipú

El titular del ente aseguró que dar a conocer las cifras es como tirar carne al perro para que los devore.

El director paraguayo de Itaipú, Franklin Boccia, aseguró ayer que no facilitará el monto del salario de los funcionarios, ya que esto no solamente expone a los trabajadores de la hidroeléctrica, sino además a toda su familia. Agregó que dar a conocer la lista y el monto que perciben estos funcionarios es exponerlos y no sabe si los legisladores se harán responsables de este hecho.

“Me parece muy arriesgado poner a consideración de la ciudadanía que un Juan González, gana 20 millones de guaraníes, en la zona de Alto Paraná, eso es tirar la carne a los perros para que se la devore”, manifestó el titular de la entidad.

No obstante, Boccia aseguró que brindará los nombres, pero pidió al Congreso dar garantías a los funcionarios de Itaipú cuyos datos sean expuestos.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Manifestó que la convocatoria de los legisladores para aclarar dudas de los mismos mediante la interpelación tiene intereses electoralistas. "En este momento, golpearle al director paraguayo de Itaipú, liberal, es golpear al Partido Liberal. Pero yo soy cumplidor de las disposiciones legales y voy a ir, estoy dispuesto a responder todas las preguntas, aunque considero que esto es una acción electoralista", manifestó.

Luego señaló: "Nos piden la lista de funcionarios y sus salarios, eso es atentar contra la privacidad de ellos, es más, la legislación me ampara para no dar", sentenció.

Recordemos que la Itaipú es considerado por los gobiernos de turno como un botín y allí ingresan solo funcionarios recomendados o los que cuentan con algún padrino político. El mismo Boccia admitió recientemente que tuvo que ceder ante las presiones de sus correligionarios, en pos de la armonía partidaria.

La senadora liberal Zulma Gómez también admitió que ella siempre reivindica los cargos de la binacional para los paranaenses, así como también pide obras de infraestructura para los municipios locales del Alto Paraná.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/articulo/117414-boccia-dice-que-no-revelara-los-salarios-en-itaipu.html>

Negocios

Reabren licitación del segundo puente, pero sin ferrovía

Firmas locales solo podrán hacer tareas complementarias. Para el titular de la UIP, hubiera sido mejor que no se hiciera la obra.

Por Fabián Bernal y Armando Larrosa

Brasil reabrió el llamado a licitación para la construcción del segundo puente entre Brasil y Paraguay, tras haber suspendido el último 28 de febrero para someterse a reajustes causados por dudas y cuestionamientos por parte de empresas participantes sobre temas específicos, según informó la web noticiosa brasileña Bonde.

Sin embargo, el vocero de los empresarios locales afirmó que la construcción será sin ferrovía, por lo que no beneficiará al Paraguay. "En mi opinión particular, la obra no se tiene que realizar, ya que al Paraguay no le conviene", sostuvo Eduardo Felippo, titular de la Unión de Industrial Paraguaya (UIP), y representante de la comitiva local.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

“El país necesita desarrollar otras vías, es por eso que no nos conviene ese puente”, explicó.

Los interesados en participar en este concurso para llevar a cabo la obra tendrán hasta las 9:30 am del 9 de abril para presentar propuestas al Departamento Nacional de Infraestructura de Transportes (DNIT) del Brasil.

El puente unirá Foz de Yguazú del país vecino con Presidente Franco, de Paraguay. De acuerdo con la Ley de Presupuesto de la Unión para el 2013, US\$ 86 millones fueron reservados para el inicio de la construcción.

La obra está incluida en el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC). El nuevo puente será atirantado y con 760 metros de largo.

El intendente de Presidente Franco, Alcides Fernández, también confirmó la información sobre la licitación, y señaló que el 9 de abril tendrán todos los detalles sobre plazos, dinámica de trabajo, entre otros, respecto a los trabajos.

Asimismo, aludió que ya no existen indicios para una nueva postergación de la puesta en marcha en las obras del puente. Agregó que luego de adjudicarse la obras, las empresas tendrán un plazo de 960 días, aproximadamente, para la culminación del segundo puente entre Brasil y Paraguay.

INCIDENCIA DE LA OBRA

Por su parte, el presidente de la Cámara Paraguaya de la Construcción (Capaco), Jorge Moreno, sostuvo que es evidente la necesidad de que la obra sea ejecutada, usando como referencia que el actual puente ya no da abasto para asegurar el comercio fluido entre los dos países.

Indicó que también se debate sobre la necesidad de que se incluya el sistema ferroviario en esta obra, “lo que es totalmente lógico, teniendo en cuenta que el futuro del país va a depender de todo el comercio de cargas pesadas, soja, principalmente, y esto fácilmente se podría canalizar a través de esta vía de comunicación”, dijo.

Moreno aseguró que las empresas nacionales entrarán en acción cuando se deban realizar los trabajos complementarios del puente en el lado paraguayo, con la implicancia de una inversión cercana a los US\$ 130 millones. “El puente debe ser conectado con la red vial existente en el país, y haremos el esfuerzo para que el 100% de estas obras sean ejecutadas con empresas nacionales”, expresó.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/articulo/117423-brasil-relanza-licitacion-del-2-puente-pero-sin-ferrovia.html>

Argentina recarga 20% a todas las compras en el exterior

Medida ahora se extiende a pasajes y paquetes turísticos adquiridos desde el vecino país.

El sector turístico local una vez más se verá golpeado ante el endurecimiento de las medidas proteccionistas impuestas por el gobierno del vecino país.

Ahora, Cristina Fernández decidió elevar al 20% el recargo a todas las compras que se realicen en el exterior en moneda extranjera con tarjeta de crédito o débito, incluyendo los paquetes turísticos, pasajes y otros servicios, informó el portal de La Nación de la Argentina.

La Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP) determinó un nuevo régimen tributario para los argentinos que compren paquetes turísticos y pasajes para viajar al exterior, por los cuales deberán abonar un 20% sobre el precio de los mismos, alícuota que se les descontará de los impuestos a las Ganancias o a los Bienes Personales, señala el portal. Asimismo, la institución amplió el régimen de percepciones impositivas que se aplica a las compras con tarjetas de débito y crédito en el exterior.

A NIVEL LOCAL

Sobre el punto, José Carlos Brunetti, de la operadora local Maral Turismo, expresó que se va a complicar la situación para la salida y entrada de los argentinos. "Cada vez es más caro para los argentinos venir al país y eso por supuesto que nos va a afectar".

Advirtió el peligro que puede representar la merma de argentinos del litoral que utilizan a Paraguay para viajar al Caribe o al Norte, explicó que más del 10% de la ocupación de los vuelos desde Paraguay pertenece al segmento argentino.

Agregó también que los ciudadanos del vecino país prefieren comprar sus paquetes desde Argentina, ya que comprar desde Paraguay es más costoso por la cotización. "A los argentinos les conviene comprar sus paquetes con el tipo de cambio oficial".

Si bien el recargo del 20% es algo nuevo, expresó que desde hace mucho tiempo se nota la

disminución de turistas argentinos en el país. “Este tipo de medidas nos afecta a todos, es un efecto multiplicador de la economía”, subrayó.

Entre tanto, Luis Alberto Jiménez, de la agencia Inter Express, sostuvo que los visitantes argentinos que tienen pensado venir al Paraguay para la Semana Santa lo harán, ya que las reservas están hechas con antelación.

“Esta medida es nueva, los argentinos que tienen previsto venir a pasar la Semana Santa no creo que cambien”, acotó.

Cabe destacar que las últimas estadísticas señalan que el 40% los visitantes son argentinos.

MÁS RESTRICCIONES

La entidad reguladora anunció que la medida se aplicará sobre el precio total de cada operación, que representa un 20% , un valor que antes de la normativa era del 15%.

“Las compras efectuadas a través de portales o sitios virtuales, adquisición de servicios en el exterior contratados a través de agencias de viajes y turismo, mayoristas o minoristas, servicios de transporte terrestre, aéreo y por vía acuática, de pasajeros con destino fuera del país”, entre otros, describe el Boletín Oficial emitido ayer.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/articulo/117419-argentina-recarga-20-a-todas-las-compras-en-el-exterior-.html>

Paraguay, en últimos lugares en aportes a seguridad social

Solo Bolivia y Perú tienen índices inferiores, al analizar a los segmentos de mayores ingresos.

Por Marta García - martagarcia@lanacion.com.py

Los trabajadores empleados paraguayos figuran entre los que menos aportan con la seguridad social de su país, según el último Informe Macroeconómico de América Latina y el Caribe, del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Al observar a los segmentos de mayores ingresos, o el quintil más elevado, Paraguay se encuentra solo por encima de Bolivia y Perú en cuanto a la proporción de trabajadores que contribuyen con el sistema mencionado; el país cuenta con una variación de 38%, mientras que los andinos

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

demuestran índices de 37% y 28%, respectivamente. Los mejor posicionados en Sudamérica son Uruguay y Chile, con 90% y 85% de aportes a la seguridad social, mientras que el promedio de América Latina es de 44,1%.

La participación en la seguridad social disminuye drásticamente a medida que se evalúa a los sectores de menores ingresos. En el quintil cuatro, Paraguay exhibe una incidencia de solo 25%; en el número tres, se ubica en 18%; en el dos, en 9%; y en el uno, en poco más del 0%. Esto significa que cuanto menos recursos tiene una persona, menos aporta a la seguridad social.

INFORMALIDAD

El BID adopta este fenómeno como una muestra de la informalidad que sigue caracterizando al mercado laboral de Latinoamérica, sostiene que estos bajos niveles de aportes a la seguridad social exhiben la dispersión de la tasa de informalidad en toda la región.

“El promedio de todos los países y quintiles es inferior al 50%, y solo Chile registra una buena cobertura en toda la distribución del ingreso. Dentro de cada país, la dispersión por quintiles de ingreso es considerable: el quintil inferior rara vez supera el 20% de cobertura”, expresa el informe.

Latinoamérica tiene un índice de informalidad de 55%, considerado un rasgo distintivo y persistente de los mercados laborales de la región, destaca el BID.

“Los países de la región no solo tienen una tasa de informalidad mayor que la de otros países de ingresos medios (de casi 20 puntos porcentuales), sino también una mayor informalidad que el promedio de todos los países de bajos ingresos”, agrega.

“Diseñar una reforma del mercado laboral que sea eficaz en la disminución de la informalidad y potencie la productividad y el crecimiento no es una tarea fácil”, concluye.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/articulo/117422-paraguay-en-ultimos-lugares-en-aportes-a-seguridad-social.html>

Tendencias

Paraguay y su gran potencial para el desarrollo de software

El nuevo gerente de software de la multinacional, Ángel Bertolotti, remarcó que el país demanda más tecnología.

“En Paraguay hay una gran oportunidad de negocios, no solamente para IBM, sino para todos aquellos que nos dedicamos a la tecnología. Y en los últimos años esa oportunidad ha cambiado, de exclusivamente venta de hardware y PC's que era básicamente lo que caracterizaba al mercado paraguayo, se transformó en un mercado maduro con mucha mayor demanda de soluciones tecnológicas de primer nivel mundial”, expresó Ángel Bertolotti, nuevo gerente de Software de IBM para Paraguay y Uruguay, en su reciente visita a Asunción.

Sostiene que la razón de esta transformación es clara: Paraguay está creciendo. “En IBM entendemos que Paraguay es un mercado en pleno crecimiento. Queremos apostar a Paraguay y en ese sentido entendemos que los clientes necesitan soluciones tecnológicas confiables que ayuden a resolver los problemas de negocios. La computadora es fundamental, pero el software es la inteligencia que se le debe agregar a esa computadora para que efectivamente resuelva el problema de negocios del cliente. IBM está focalizando muchos recursos en Paraguay, y estamos avanzando fuertemente en ayudar a los negocios en el país a mejorar sus operaciones”, describió el nuevo gerente para el país de la gigante estadounidense.

Las áreas que ya adquirieron un nivel de madurez importante son básicamente el área de telecomunicaciones y el sector financiero. “Hoy día, por los altísimos niveles de competencia que tienen, no solo entre sus pares, sino en competencias cruzadas, que hace tiempo no se daban, y competencias con otros mercados. Hoy en día está cada vez más globalizado y uno no sabe en dónde está el competidor. No se sabe si es de entrecasa o está afuera”, expresó Bertolotti, durante una entrevista en Zadock Technology, aliada local de IBM. Esto exige de las empresas paraguayas un nivel importante de inversión en tecnología de punta, añadió.

La empresa internacional también tiene un conjunto de capacidades y soluciones para generar equidad social, e inclusión social, permitiendo que los gobiernos tengan una visión clara de que las inversiones que están haciendo en acción social en general redundan en una mayor inclusión económica y social sobre las personas en las que estamos invirtiendo. “Hemos trabajado mucho para ayudar a los gobiernos para tener resultados medibles en lo que refiere a inversión social y medir los resultados y mejorar los rendimientos en base a esta información”, explicó el gerente para Paraguay y Uruguay de la compañía informática.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/articulo/117430-paraguay-y-su-gran-potencial-para-el-desarrollo-de-software.html>

Uruguai

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

<http://www.elobservador.com.uy>

Economía

Uruguay se beneficiará en 2013 de la recuperación de Brasil

Ya está disponible el suplemento de la Unidad de Análisis Económico para los suscriptores de El Observador

La Unidad de Análisis Económico de El Observador analiza esta semana en el suplemento Monitor Económico de qué manera la recuperación de la actividad brasileña impactará favorablemente durante este año en las empresas que destinan su producción al vecino país.

En la selección de noticias, los técnicos de la Unidad de Análisis Económico realizan un análisis crítico del rescate de Chipre por las autoridades europeas y actualizan el estado de situación de las economías brasileña y argentina a la luz de los últimos datos conocidos de actividad.

A nivel local, destacan la fuerte caída de la rentabilidad exportadora durante el último año, aun en un contexto de precios internacionales sumamente favorable para el país, y el repunte de la actividad industrial.

Monitor Económico es el primer suplemento web de análisis enfocado a un público empresarial, que utiliza la información y el análisis económico para la toma de decisiones cotidianas. Cuenta además con un mapa de riesgo actualizado de la economía uruguaya, un análisis de la evolución de los principales mercados y análisis internacionales realizados por economistas del exterior.

Para acceder al Monitor Económico de esta semana y recibir el suplemento todos los lunes por la mañana en su correo electrónico, debe suscribirse a El Observador+ accediendo aquí. Tendrá acceso gratuito al suplemento y todos los contenidos de la edición impresa de El Observador por 45 días. Luego, podrá optar por una modalidad de suscripción mensual, semestral o anual, a un costo desde \$ 8 por día.

Fonte: <http://www.elobservador.com.uy/noticia/246096/uruguay-se-beneficiara-en-2013-de-la-recuperacion-de-brasil/>

Agro Cooperación

Ministros de Agricultura de la región invitados a visitar China

El gigante asiático está interesado en intercambio en ciencia y tecnología

China invitó a los ministros de Agricultura de la región para concurrir a una reunión a efectuarse en ese país en junio próximo, invitación que está ahora a consideración de los respectivos gobiernos, informó a El Observador el subsecretario de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), Enzo Benech, a su retorno de Buenos Aires, donde participó de una reunión del Consejo Agropecuario del Sur (CAS).

El CAS, que integran los ministros de Agricultura del Mercosur más Chile, consideró la propuesta recibida de las autoridades chinas, entendiéndose que tiene relevante importancia la invitación si tiene en cuenta el interés creciente que tienen las relaciones comerciales con el gigante asiático.

El relacionamiento que propuso China está referido al desarrollo de ciencia y tecnología en diversos rubros como agricultura, recursos genéticos y fondo de alimentos, entre otros, en el marco de una agenda amplia de temas de interés para ese país. También se incluyen temas referidos al uso y generación del agua.

“Ahora lo que falta es que los ministerios de Agricultura de la región determinen los temas de interés para sus respectivos países para incluirlos en la agenda”, dijo Benech. El CAS se reunió en Buenos Aires para tratar temas de sanidad animal y vegetal, así como todo lo referido al uso del agua y de relación comercial de la región con China. Todos los temas requirieron un profundo análisis de los ministros de la región aunque quedó claro que la propuesta de China acaparó la mayor atención de la reunión.

Benech explicó que en materia de campañas contra la fiebre aftosa sobresalió el informe de Argentina, que resolvió ampliar la zona de libre de la enfermedad sin vacunación para la región comprendida entre la provincia de Río Negro y el Partido de Patagones, provincia de Buenos Aires, que rige desde el 28 de febrero pasado.

La medida procura otorgar el estatus sanitario de libre de fiebre aftosa sin vacunación para su posterior reconocimiento internacional.

De esta forma, el perímetro reconocido como Patagonia Norte A pasa a tener el mismo estatus sanitario que la región patagónica comprendida por la Patagonia Norte B en la provincia de Río Negro y las provincias de Chubut, Neuquén, Santa Cruz y Tierra del Fuego.

Por otra parte, el CAS resolvió que el Consejo de Sanidad Vegetal (Cosave), que no tenía una sede fija, funcione en Montevideo, considerando que en el Edificio Mercosur ya están funcionando organismos como el propio CAS y el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA).

La próxima reunión del CAS se efectuará en Santa Cruz de la Sierra, en Bolivia, y se cumplirá en mayo próximo.

Fonte: <http://www.elobservador.com.uy/noticia/246158/ministros-de-agricultura-de-la-region-invitados-a-visitar-china/>

Venezuela

CORREO DEL ORINOCO

<http://correodelorinoco.gob.ve>

Mundo

Promulgada por la presidente Dilma Rousseff esta semana

Tribunal de Brasil dicta suspensión temporal a ley de regalías petroleras

El gobernador de Río de Janeiro denunció que la nueva ley de regalías petroleras le causará a ese estado la pérdida de tres mil 400 millones de reales anuales (unos mil 600 millones de dólares), a partir de este mismo año 2013

El Supremo Tribunal Federal de Brasil suspendió este lunes, de forma cautelar, la nueva ley en materia petrolera promulgada recientemente, que plantea un cambio en el reparto de los regalías generadas por la extracción de crudo, para que éstas sean repartidas de forma equitativa entre los 27 estados del país.

La polémica ley fue aprobada por el Congreso hace dos semanas y promulgada por la presidente Dilma Rousseff esta semana, pero inmediatamente fue objeto de críticas, especialmente desde los estados productores de crudo.

Los gobernadores de Río de Janeiro y Espírito Santo (sur) denunciaron que la Ley reduce los beneficios adicionales que recibían hasta ahora las regiones productoras. Por ello, presentaron un

recurso al Supremo al considerar que la nueva ley es “inconstitucional” y pone en “riesgo” su financiación.

Las autoridades de Río de Janeiro y Espírito Santo alegan que en las cuencas marítimas de esos estados reposa el 80 por ciento de las reservas probadas de crudo del país, concentradas en el llamado “presal”, situado en aguas profundas del océano Atlántico.

El gobierno de Río de Janeiro señaló que la nueva ley le causará a ese estado la pérdida de tres mil 400 millones de reales anuales (unos mil 600 millones de dólares), a partir de este mismo año 2013.

La magistrada Carmen Lucia Antunes, encargada de analizar el caso, concedió la suspensión cautelar de los principales artículos de la ley hasta que el pleno del Supremo lo juzgue.

Según el texto del Supremo, la jueza justificó su fallo en los “riesgos objetivamente demostrados” que plantea la ley y la dificultad de volver atrás, si esta comienza a aplicarse.

El reparto de beneficios generó un pulso político entre el Gobierno y el Congreso, que consiguió imponer el reparto equitativo, puesto que la Constitución da la prerrogativa al legislativo en una cuestión de esta naturaleza.

La normativa había sido aprobada por el Senado en el 2012, pero durante meses quedó frenada en la Cámara de Diputados, debido a la oposición de Rousseff y de los estados petroleros.

Tras una serie de debates, la Presidenta reconsideró la medida y estableció que los estados reciban 20 por ciento de las regalías de los nuevos yacimientos, seis puntos porcentuales menos que en la actualidad.

La distribución de regalías no afecta directamente a las compañías del sector petrolero de Brasil, pero el país suramericano no reanudará sus subastas de concesiones de crudo, suspendidas en el 2007, hasta que el nuevo régimen de reparto de regalías esté completo.

Fuente/teleSUR-EFE-AFP

Fonte: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/multipolaridad/tribunal-brasil-dicta-suspension-temporal-a-ley-regalias-petroleras/>

Injerencia - A través de Victoria Nuland

EEUU niega que pretende atentar contra candidato de la derecha venezolana

18 marzo 2013

“Déjenme decirlo de manera extremadamente clara: Estados Unidos rechaza categóricamente denuncias de que esté implicado en algún plan para desestabilizar al gobierno venezolano o para dañar a alguien en Venezuela”, indicó la portavoz del Departamento de Estado

Estados Unidos negó este lunes que planea acciones de desestabilización contra Venezuela, que incluyen atentar contra el candidato presidencial de la derecha, Henrique Capriles.

“Déjenme decirlo de manera extremadamente clara: Estados Unidos rechaza categóricamente denuncias de que esté implicado en algún plan para desestabilizar al gobierno venezolano o para dañar a alguien en Venezuela”, indicó la portavoz del Departamento de Estado, Victoria Nuland, en declaraciones a periodistas.

Este lunes, el presidente encargado de la República, Nicolás Maduro, alertó nuevamente ante los planes de desestabilización que preparan sectores extremistas de la derecha de Estados Unidos, encabezados por figuras como Roger Noriega y Otto Reich, contra el país y políticos venezolanos. Reafirmó que este sector está decidido a atentar contra el candidato presidencial de la derecha venezolana para justificar una intervención extranjera en el país.

“Sabe ese candidato que tiene todas las garantías para hacer su campaña en paz y que nosotros vamos a evitar cualquier locura en su contra. Así lo garantizamos, pero pido conciencia y apoyo de todo el pueblo de Venezuela porque esta gente hace cálculos macabros”, afirmó Maduro.

Fuente/AVN

Fonte: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/injerencia/eeuu-niega-que-pretende-atentar-contra-candidato-derecha-venezolana/>

Economia

Por 62 millones de bolívars

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Gobierno Nacional aprueba constitución de empresa Conglomerado Productivo

18 marzo 2013

Este lunes, el presidente (E) de la República Bolivariana de Venezuela, Nicolás Maduro, aprobó la constitución de la empresa Conglomerado Productivo, con el fin de impulsar la producción nacional.

La empresa se crea con un financiamiento retornable de 62 millones de bolívares provenientes del Fondo Bicentenario Alba-Mercosur.

Desde el Palacio de Miraflores, Maduro definió el término conglomerado como “la fórmula de transición al socialismo venezolano”, partiendo del principio de aceleramiento hacia el proceso de restitución del poder al pueblo, tal y como lo instruyó el presidente Hugo Chávez.

Por su parte, el vicepresidente para el Área Económica Productiva, Ricardo Menéndez, explicó que el país cuenta con más de 350 empresas conglomeradas en el área de calzado y mil 182 en el ramo textil.

Indicó que con el fin de erradicar la especulación en el proceso de distribución, trabajan en base a una red que va de la producción directa a la distribución de cada consumidor.

Asimismo, en el acto de entrega de recursos económicos a distintas organizaciones, Maduro autorizó el financiamiento por 100 millones de bolívares a la empresa Venezuela Productiva, con recursos retornables del Fondo Bicentenario Alba-Mercosur.

Texto/Lizgreis Gómez

Fonte: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/nacionales/gobierno-nacional-aprueba-constitucion-empresa-conglomerado-productivo/>

Anunció Nicolás Maduro

Gobierno Bolivariano crea el Fondo Bicentenario ALBA-Mercosur

18 marzo 2013

El presidente encargado de Venezuela, Nicolás Maduro, anunció la creación del Fondo Bicentenario ALBA-Mercosur (Alianza Bolivariana para América-Mercado Común del Sur), que contará con una inversión inicial de 1000 millones de dólares en divisas.

Así lo dio a conocer durante la 13a entrega de financiamiento del Fondo Bicentenario a 3 años de su fundación, en aras de lograr el fortalecimiento de la economía nacional y en cumplimiento de las metas planteadas en el Proyecto de la Patria que dejó el comandante Hugo Chávez.

Maduro explicó que este fondo permitirá que el país se convierta en una potencia productiva para exportar productos a los diferentes mercados de América Latina y el Caribe, como Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay, Ecuador, Bolivia, Colombia, entre otros.

“Es una de las herencias que nos dejó el comandante Chávez, comunicación permanente para seguir abriendo compuertas económicas, comerciales, financieras, de crecimiento conjunto, de desarrollo conjunto hacia centroamérica, hacia el Caribe”, dijo.

Detalló que es necesario que todos los emprendedores, empresas mixtas, privadas y comunales sepan que este organismo contará con los recursos que requieren para el financiamiento de sus proyectos.

El Presidente (E) resaltó que estos recursos en divisas fortalecerán la tecnología, el crecimiento de la capacidad productiva y la creación de una ruta exportadora.

Texto / Yorcellys Bastidas

Fonte: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/nacionales/gobierno-bolivariano-crea-fondo-bicentenario-alba-mercosur/>

TELESUR

<http://www.telesurtv.net/>

Latinoamérica

Encuesta da a Maduro 14,4 puntos de ventaja sobre candidato opositor

La firma privada Barclays señaló que el candidato socialista cuenta con 49.2 por ciento de aceptación mientras que Henrique Capriles solo alcanza a un 34.8 por ciento. Según el estudio, 65 por ciento de las personas consultadas piensa que Nicolás Maduro ganará los comicios.

Al menos 14,4 puntos de ventaja tiene hasta ahora el candidato socialista a la Presidencia de Venezuela, Nicolás Maduro, con respecto a su principal rival, el opositor Henrique Capriles; reveló este lunes la firma privada Barclays, tras un estudio comprado a la encuestadora venezolana Datanálisis.

Con los resultados publicados por la compañía mundial de servicios financieros Barclays, el sondeo revelado este lunes el candidato del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), Nicolás Maduro, tiene un 49.2 por ciento mientras que Capriles alcanza el 34.8 por ciento.

Según datos de la encuestadora, el sondeo inició sondeo el 11 de marzo, día de la inscripción formal de los candidatos presidenciales antes el Consejo Nacional Electoral (CNE), y se extendió hasta el 13 de este mes.

Además de los datos de aceptación, el economista Asdrúbal Oliveros, director de la empresa Ecoanalítica sostuvo que 65 por ciento de las personas consultadas piensa que ganará Nicolás Maduro, mientras que 15 por ciento da como ganador a Capriles Radoski.

Este es el primer sondeo publicado con miras a las elecciones presidenciales del próximo 14 de abril, luego de la partida física del presidente democráticamente electo, el líder de la Revolución Bolivariana, Hugo Chávez.

Al inscribir sus candidaturas, ambos políticos dijeron que sostendrían las mismas propuestas que plantearon en las pasadas elecciones del 7 de octubre, en el que resultó electo el Plan de la Patria con más del 55 por ciento de los votos.

Fonte: <http://www.telesur tv.net/articulos/2013/03/18/encuestadora-da-14-4-por-ciento-de-ventaja-a-maduro-sobre-capriles-en-elecciones-del-14-a-6568.html>